



Anais da Assembléia

Nº 011

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 04 DE MARÇO DE 1991

ANO XVIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 08.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 1991
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Artagão Mattos Leão, Carlos Simões, Cleiton Crisóstomo, César Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, João Iensen, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Nelson Justus, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (40). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Dalton Machuca, Alceu Swarowski, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dobrandino da Silva, Edson Lino, Hermas Brandão, José Afonso Júnior, José Artur Ricci, José Alves, Mário Bezerra, Neivo Beraldin e Nilton Barbosa (14).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. - Aprovada.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Gostaria de registrar a presença, aqui em Plenário, do Deputado Federal Edésio Passos, companheiro da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara Federal. Gostaria, também, de registrar que nós, do Paraná, teremos na presença de Edésio, uma grande figura, até porque é uma pessoa já de notório saber jurídico na área do Direito Social, e também um grande militante de todos os movimentos populares, sindicais

deste Estado. Tenho certeza de que a presença de Edésio na Câmara Federal, irá engrandecer o nosso Estado. Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) A Assembléia registra, com muita satisfação, cumprimentando o Deputado Edésio Passos, nós que o conhecemos de muito tempo sabemos da sua competência, suas qualidades. Temos certeza de que o Paraná, na sua pessoa, estará muito bem representado no Congresso Nacional. Seja bem vindo, Senhor Deputado.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 008/91

Curitiba, 28 de fevereiro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa Egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que altera o programa de trabalho do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, constante do art. 2º, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990.

Tal alteração visa readequar os projetos de pavimentação dos trechos Reserva - Imbau; Cidade Gaúcha - Guaporema; e Entroncamento Rosário - Rio Branco - Cândido de Abreu, do projeto 1099 - Programa de Desenvolvimento Rural e Integrado do Paraná - PARANÁ RURAL/BID - DER, para o projeto 1.091 - Programa Normal de Obras.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a)) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica alterado o programa de trabalho do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, constante do anexo IV, conforme artigo 2º parágrafo 1º da Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, passando a fazer parte integrante das metas do projeto 1.091 - Programa Normal de Obras, os seguintes trechos:

- Cidade Gaúcha - Guaporema
- Reserva - Imbau

- Entroncamento Rosário - Rio Branco - Cândido de Abreu.

Art. 2º - Os trechos acima especificados ficam cancelados das metas do Projeto 1.099 - Programa de Desenvolvimento Rural Integrado do PARANÁ RURAL/BID - DER.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa

Ofícios:

Of. n° 351/91

Senhor Presidente.

Sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência, cópia xerográfica da Resolução n° 1.593/91, de 05 de fevereiro próximo passado, exarada pelo Plenário deste Órgão no protocolado sob n° 1.156/91-TC, através da qual este Tribunal homologou os cálculos das quotas do ICMS para o presente exercício financeiro.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência as expressões de alto e distinguido apreço.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA

Of. n° 01/91 CAIC

Senhor Presidente.

Tenho a elevada honra de comunicar a Vossa Excelência, que nesta data foi instalada a COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, para qual, por especial deferência de meus ilustres Pares, fui eleito Presidente, cabendo a Vice-Presidência ao Nobre Deputado ALBINO CORAZZA.

Outrossim, informo a Vossa Excelência que indiquei o funcionário RUBENS BREMER, para desempenhar as funções de Secretário desta Comissão.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) SEVERINO FELIX

Of. n° 004/91

Senhor Presidente.

Tenho a elevada honra de comunicar a Vossa Excelência, que nesta data foi instalada a COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, para qual, por especial deferência de meus ilustres Pares fui eleito e empossado para a Presidência da mesma, cabendo a Vice-Presidência ao nobre Deputado JOÃO IEN-SEN.

Outrossim, informo-lhe que indiquei a funcionária MARIA REGINA SUBTIL, para desempenhar as funções de Secretária da Comissão.

Na oportunidade, externo a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) NILTON BARBOSA

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 170

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, em Regime de Urgência, Lei que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor CLAUDIO LACHINI, dado entrada no dia 19/2/91. PROJETO DE LEI N° 021/91.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO N° 193

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, em conformidade com o artigo 183. do Regimento Interno, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n° 19/91, de autoria do Poder Executivo, que cria no quadro de pessoal regido pela consolidação das Leis do Trabalho - CLT da Fundação Rádio e Televisão do Paraná, empregos na forma do anexo que integra a presente Lei.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 194

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência em conformidade com o Art. 183, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei n° 007/91, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental n° 002/91, que concede pensão a viúva do ex-prefeito de Nova Esperança, no valor de Cr\$ 25.884,99 (Sra. Vitória Santoro Urbano).

Sala das Sessões, 04.03.91.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 195

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência em conformidade com o Art. 183, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei n° 010/91, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental n° 003/91, que dá nova redação ao Art. 4º, da Lei n° 4.529 e ao Art. 7º, da Lei n° 5.515 (Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE).

Sala das Sessões, 04.03.91.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 196

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência em conformidade com o Art. 183, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei n° 030/91, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental n° 005/91, que altera o Art. 1°, da Lei n° 8.934, de 26 de janeiro de 1989 (Gratificação de Regência de Classe).

Sala das Sessões, 04.03.91.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 198

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, em conformidade com o Art. 153, do Regimento Interno, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n° 029/91, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre crédito suplementar ao vigente Orçamento Geral do Estado para construção do ambulatório médico do Hospital Universitário de Londrina.

Sala das Sessões, 04.03.91.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 197

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência em conformidade com o Art. 183, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei n° 028/91, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental n° 007/91, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Mestres dos Excepcionais de Foz do Iguaçu - APAE, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado no Município de Foz do Iguaçu, conforme especifica.

Sala das Sessões, 04.03.91.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 202

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 010/91, oriundo da Mensagem do Poder Executivo n° 003/91, que transfere a administração do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, do BADEP para o BANESTADO, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 04.03.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 203

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 029/91, oriundo da Mensagem do Poder Executivo n° 006/91, que solicita aprovação para crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.160.155.000,00, para a Secretaria Especial de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, para a construção do ambulatório médico do Hospital Universitário de Londrina.

Sala das Sessões, 04.03.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 199

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, de acordo com o artigo 79, do Regimento Interno desta Casa de Leis, a prefixação de dia e hora para comemoração do Dia Internacional da Mulher.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) EMÍLIA BELINATI

REQUERIMENTO N° 204

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o arquivamento do projeto de resolução que autoriza a criação do Município de Mauá da Serra.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O pedido de arquivamento deste projeto se dá pelo fato de que já existe projeto semelhante em tramitação nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 210

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição de Comissão Especial, formada por 05 (cinco) Membros, participantes do Bloco Parlamentar Agropecuário e da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, com o objetivo de representar este poder Legislativo em Brasília, quando da posse do novo Presidente da Organização das Cooperativas do Brasil - OCB, Dr. Wilson Thiesen, atual Presidente da Organização das Cooperativas do Paraná - OCEPAR, com ônus para este Poder e duração de dois (02) dias, a saber, dias 07 e 08 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 04.03.91

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 148

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno deste Poder.

REQUER:

Após ouvido o Plenário, a transcrição em Ata da presente Sessão, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Antonio dos Santos, ocorrido no dia 24.02.91, no Município de Barra do Jacaré.

Sala das Sessões, em 04.03.91

(a) HERMAS BRADÃO.

JUSTIFICATIVA:

O extinto foi o primeiro Prefeito do Município de Barra do Jacaré, deixou seu nome ligado a luta pela emancipação daquele Município, que viu concretizar em 24 de janeiro de 1964, desmembrado do Município de Jacarezinho.

Requer, outrossim, que da decisão deste Plenário se dê ciência à família enlutada.

REQUERIMENTO N° 159

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Pesar pelo falecimento do pioneiro Jacomo Brandelero, ocorrido a 21 de fevereiro passado, em Santa Izabel do Oeste requerendo-se, mais, que do ato seja comunicada a família enlutada.

Sala das Sessões, em 04.03.91

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

O nome de Jacomo Brandelero conquistou justificada projeção no Município de Santa Izabel do Oeste que ajudou a construir desde os seus primórdios, quando ainda fazia parte de Ampere. Foi um dos líderes políticos que pleiteou a emancipação ao antigo distrito ligando-se por isso mesmo, à história de Santa Izabel do Oeste.

A homenagem proposta ao pioneiro Jacomo Brandelero estende-se ao povo daquele Município pelo que representa nas conquistas e na elevada importância de Santa Izabel no contexto sudoestino; homenagem a que associamos o Poder Legislativo Paranaense através do voto unânime dos Nobres Pares deste Parlamento.

REQUERIMENTO N° 164

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Jandir Nardin, ocorrido no dia 20 de fevereiro p.p., nesta Capital.

O extinto era funcionário aposentado deste Poder, e seu passamento vem enlutar não só sua família mas a todos os colegas que com ele conviveram.

Requer ainda que, da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada à Rua Jacinto Antunes da Silva, n° 691 -

Água Verde, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 04.03.91

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO N° 200

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente oficial da Casa manifestando condolências pelo falecimento do Sr. Antonio Euclides Sapia, à sua família, residente na Rua Nevada, n° 250 Jardim Quebec, Cep. 86060, Município de Londrina - Paraná.

Sala das Sessões, em 04.03.91

(a) EMILIA BELINATI.

JUSTIFICATIVA:

A manifestação do presente Voto de Pesar deve-se ao fato do Sr. Antonio Euclides Sapia, falecido na cidade de Londrina, na data de ontem, 03.03.91, ser antigo e estimado morador da cidade.

Empresário imobiliário, Antonio Euclides Sapia nasceu na Cidade Paulista de Itajubí, em 1935. Chegou à Londrina em 1945, quando tinha início o processo de colonização do Município. Casado com a Sra. Sonia Garcia Lopes Sapia, tiveram seis filhos, que lhes deram dois netos.

Na juventude, foi fazer carreira no Rádio, em São Paulo, e ficou conhecido, nacionalmente pelo nome de Antonio Euclides, como narrador esportivo de futebol e especialmente de basquete.

No início dos anos 60, atuou na crônica esportiva londrinense, sendo um dos pioneiros do Rádio.

Em 1963 levou sua experiência para a equipe que assumia à Televisão Coroados. Ali foi Diretor Artístico, Diretor Comercial e Diretor Geral.

Na década de 70 foi ainda Diretor do jornal "Panorama".

Depois de deixar à área de Comunicação, Antonio Euclides Sapia passou à área imobiliária.

REQUERIMENTO N° 160

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo Votos de Congratulações ao Jornal do Estado pela iniciativa de publicar uma série de reportagens especiais sobre a situação mundial da infância, baseada no relatório anual da UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância, cuja principal mensagem refere-se à necessidade urgente de que a sociedade adote uma nova ética que coloque à criança como prioridade imediata na agenda política e

administrativa, nos bons e nos maus momentos, de um país.

Sala das Sessões, em 04.03.91

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

Segundo relata o próprio Jornal do Estado, em uma de suas reportagens, o relatório deste ano, da UNICEF, destaca que esforços desenvolvidos durante a década de 80, visando imunizar 80% das crianças dos países em desenvolvimento, salvaram a vida de mais de 12 milhões de crianças. Esta extraordinária conquista, na qual os meios de comunicação de massa desempenham papel fundamental em quase todos os países, evitou, também, que mais de 1,5 milhões de crianças ficassem paráliticas em consequência da poliomielite.

A atrocidade revelada na negligência para o problema social não será nunca mais um fato isolado e esquecido, desde que os meios de comunicação passaram a testemunhá-la. A imprensa assumiu de forma corajosa o papel de agente crítico dessa realidade e é em ações desta natureza, agora adotada pelo Jornal do Estado - a exemplo de experiências anteriores - que cumpre seu papel de dissecar nosso quadro social desolador, cobrando a responsabilidade política e administrativa de nossos Governos e representantes responsáveis pela entrega de milhões de crianças, no Brasil, à sorte do destino.

A reportagem é de caráter denunciante, porque o objetivo dela gera a revolta em todos nós coniventes por ação, omissão ou limitação.

O compromisso com estas crianças é o resgate do futuro do Brasil, perdido no meio dos trapiches, palafitas e viadutos por onde perambulam estes seres envolvidos em farrapos e passageiros desta longa viagem por nossas mazelas sociais.

Votos de Congratulações ao Jornal do Estado, pela assunção de seu papel nesta luta, da forma responsável como tem se apresentado ao longo destes anos.

Que do teor do presente dê-se ciência à família Barrozzo, fundadora e mantenedora daquele conceituado Jornal, bem como aos seus jornalistas e redatores.

REQUERIMENTO N° 161

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos desta sessão um efusivo voto de congratulação à Diretoria da Associação dos Servidores Públicos do Paraná, pelo dinamismo que vem demonstrando em suas atividades e, muito especialmente, pelo lançamento do "Jornal do Servidor Público".

Requer, outrossim, que do presente seja dada ciência aos homenageados, ofician-

do-se à ASPP (Rua 24 de maio, 248), nesta Capital.

Sala das Sessões, em 04.03.91

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 171

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado estadual do PDT, com mandato conferido por maioria de votos do povo de Curitiba, pede à egrégia Assembléia que, ouvido o Plenário, se digne a inserir nos Anais da presente sessão, voto de congratulações e agradecimento ao Senador José Eduardo de Andrade Vieira, a sua distinta família, em especial às suas irmãs Maria Cistina, Lúcia, Glória, aos demais membros da Diretoria do Banco Bamerindus, aos arquitetos professores Rubens Meister e Eli Al Patin, e à equipe técnica do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, pelo bom término do processo de revitalização do Palácio Avenida, na Boca Maldita, rua das Flores, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 04.03.91

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO.

JUSTIFICATIVA:

Ao abandonar a postura predatória de tantos conglomerados capitalistas - destruindo as raízes culturais para implantação de suas sedes, o Banco Bamerindus se perfila ao lado das grandes instituições do mundo civilizado, assumindo a revitalização de uso e o restauro da valiosa propriedade no centro de Curitiba, de todos conhecida como Palácio Avenida.

Símbolo de desenvolvimento urbano da cidade, o Palácio, construído pela família Mehry no começo do século, ganha agora o uso como agência bancária, foyer de eventos, equipado com um teatro e uma galeria de arte, que muito contribuirão para a animação do centro da cidade. A volta do "Cine Theatro Avenida" e, a minunciosa recuperação da bela fachada coroam o processo conduzido pelo IPPUC, inclusive com a participação deste Deputado, de "salvamento" da Boca Maldita, no início dos anos 80 - quando a região começava a conhecer a deterioração típica dos centros de todas as grandes cidades, em especial as da América Latina.

Marco da paisagem da Rua XV de novembro; junto com a belíssima loja de departamentos "Garcez", instalada no primeiro arranha-céu da nossa capital; O Palácio Avenida agora rebatizado de Edifício Avellino Vieira, é importante aquisição para o patrimônio cultural brasileiro.

Não só pelas características da obra, de proporções grandiosas, mas sobremaneira pelo carinho com que as intervenções foram construídas. Este Deputado mesmo testemunha que o Senador José Eduardo Vieira, numa das manhãs do ano passado, inspecionou

pessoalmente o canteiro de obras, para definir, com os professores arquitetos Meister e Al Patin, as tonalidades da nova pintura, com base na prospecção realizada.

Há também que se registrar os cuidados dos executores da restauração com a recomposição das esquadrias de madeira originais, assim como com a preservação dos prédios vizinhos, dentre eles a residência/loja da comerciante Aismée, que resistem ao tempo em pleno centro da cidade, levando a mesma vida do início do século.

A menção de referência ao IPPUC justifica-se por ter aquele Instituto mostrado a que veio - nos seus 25 anos de existência - por determinar intervenções como a que se conclui na paisagem urbana. Pela preservação do Palácio Avenida.

Curitiba entra no mês de março de 1991, nas comemorações dos 298 anos de sua instalação como Município, com o signo favorável do bom término das obras do Palácio Avenida, para as quais este Deputado pede registro nos anais da egrégia Assembléia.

REQUERIMENTO N° 172

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta Ata, de votos de congratulações ao jornal "Tribuna do Povo", pela passagem do aniversário de fundação.

Requer, outrossim seja dada ciência da decisão desta Casa de Leis ao Diretor proprietário, senhor Valter Sucupira.

Sala das Sessões, em 04.03.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 25 de fevereiro de 1973, a "Tribuna do Povo", muito tem orgulhado o povo de Umuarama nestes 18 anos de existência, registrando em suas páginas, a história, as lutas e as transformações da Sociedade Umuaramaense.

Trata-se de um reconhecimento a esse idealista, um lutador que muito tem dado da sua vida e de sua família àquele veículo de comunicação em prol de Umuarama e região.

REQUERIMENTO N° 187

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado Votos de Congratulações, ao Senhor Abdo Aref Kudri, Diretor do "Diário Popular", cumprimentando-o pelo aniversário deste conceituado jornal.

Sala das Sessões, em 04.03.91

(a) NELSON GARCIA.

JUSTIFICATIVA:

O ilustre Jornal fundado em 04 de março de 1963, circulou sem deixar um dia sequer de manter sua linha independente, registrando em suas páginas a história, as lutas e as transformações da sociedade paranaense.

Presto uma homenagem a este comunicador em nome do povo do Paraná, agradecendo à família "Diário Popular" pela sua existência.

REQUERIMENTO N° 189

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, sejam oficiados votos de congratulações para com o Jornal Diário Popular, na pessoa do Jornalista e Advogado Abdo Aref Kudri, pelo auspicioso marco alcançado pelo prestigioso matutino.

Merece, o Diário Popular os melhores votos de congratulações, por ter, nestes vinte e oito anos de sua fundação, contribuído significativamente para o crescimento econômico-social do Estado, pelos relevantes serviços prestados diariamente, inclusive, angariando respeitabilidade, com a já tradicional promoção dos "MELHORES DO ANO".

A seriedade e competência com que o jornalista e Advogado Abdo Aref Kudri dirige o Jornal, tornou-o, ao longo desse período de trabalho e informação à comunidade paranaense, merecedor do amplo reconhecimento popular.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 192

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações, pela passagem do aniversário do "Jornal Diário Popular", na data de hoje 04 de março de 1991.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Senhor:

DR. ABDO AREF KUDRI

Diretor Presidente

Rua XV de Novembro, 1190

Curitiba- Paraná.

ROBERTO KUDRI

Chefe de Redação

Rua XV de Novembro, n°1190

Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 206

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais desta Assembléia Legislativa, voto de congratulações pelo transcurso, nesta data, do 28º aniversário do Jornal "Diário Popular", dando-se ciência deste requerimento ao Senhor ABDO AREF KUDRI, DD. Diretor Presidente do referido órgão de imprensa.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 146

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Votos de Louvor, pela eleição do Comitê de Imprensa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por unanimidade, no dia 26 de fevereiro de 1991, ficando assim constituído:

- Presidente

ANTONIO CARLOS LACERDA

- Secretário

VILMAR SAUNER

- 1º Secretário

LUIZ FERNANDO FEDEGER

Requer, ainda, que do presente se dê ciência às pessoas acima citadas.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 154

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, requer o asfaltamento da Rodovia que liga Pirai do Sul a Curitiba, Pr. 090.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) DOMINGOS CARVALHO

REQUERIMENTO N° 155

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER o asfaltamento da PR.092, rodovia que liga o município de Jaguariaíva ao município de Cerro Azul, passando por Vila Branca, neste Estado.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) DOMINGOS CARVALHO.

REQUERIMENTO N° 156

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER o asfaltamento que liga Castro-PR, a Cerro Azul, passando pela localidade de Socavão,

Município de Castro.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) DOMINGOS CARVALHO

REQUERIMENTO N° 157

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao 9º Distrito Rodoviário Federal do DNER, no sentido de que em caráter de urgência, promova um acesso mais seguro por parte dos usuários da Rodovia Curitiba-Joinville, na entrada do Campus Universitário da PUC, no Município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Com o funcionamento do campus avançado da Pontifícia Universidade Católica do Paraná no Município de São José dos Pinhais, cujo acesso se faz única e exclusivamente através da Rodovia Federal que liga nossa Capital ao vizinho Estado de Santa Catarina, no Município de São José dos Pinhais, diariamente centenas de alunos se dirigem a este campus.

E a rodovia em questão não tem nenhuma sinalização ou acesso seguro!

Ali transitam muitos caminhões, ônibus e o local é propício a alta velocidade!

Já se verificaram alguns acidentes. Mas é provável que ocorram muitos outros e graves, se nada se fizer no sentido de que este acesso tenha melhorias, segurança, sinalização e todas as atenções devidas!

É preciso que o DNER estude o assunto, levante junto a PUC os horários de pico (chegada e saída de alunos), e promova urgentemente benefícios de segurança a este acesso!

REQUERIMENTO N° 213

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado ofício a diretoria da COPEL, no sentido de que providenciem a implantação de energia elétrica nas instalações da ARD- Associação de Recuperação do Drogadito, em Campo Largo.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Recuperação de Drogadito, declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei n° 9229/90, possui um mini hospital na cidade de Campo Largo, mais precisamente na estrada da Colônia D. Pedro II (logo após a pedreira Andraus).

Lá oferecerá serviços de recuperação de doentes de drogas, viciados, enfim, um elogiável serviço, tão necessário nos dias

de hoje.

Lamentavelmente, neste local não há rede de energia elétrica, distante cerca de meio quilômetro. Daí, que estamos propondo à COPEL, que promova esta rede de energia elétrica, a custo subsidiado, como forma de contribuir nesta louvável iniciativa.

Se necessário contato com a direção da entidade, recomendamos o telefone 234.1424.

REQUERIMENTO N° 149

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, objetivando o aumento do efetivo policial civil na Municipalidade de IRATI.

Há muito reivindicado pelos poderes constituídos, o reduzido número de policiais civis tem criado sérios transtornos à manutenção da ordem e o conseqüente bom funcionamento da corporação como um todo, gerando constantes reclamações por parte da população, que tem se sentido intranquila.

Ademais, o recente e lamentável episódio com relação ao Motim na Delegacia, evidenciou de modo brutal essa difícil situação, ante a superlotação de presos, que rebelados, colocaram seriamente em risco a vida de um detetive responsável pelo cárcere, na realidade atribuição que deveria ser de um agente de reclusão.

Pela exposição de motivos, se faz necessário num menor prazo de tempo possível, o deslocamento de pelo menos quatro policiais, a fim de que o funcionamento daquele organismo de segurança, venha a se estruturar condizentemente.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 158

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, solicitando uma proposta a este Poder, a ser estudada junto com os órgãos do Estado, envolvidos com o problema da habitação, a fim de dar uma solução aos Sem-Tetos, que ocupam áreas na periferia de nossa Capital.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) ANTONIO CARTÁRIO RIBEIRO

JUSTIFICATIVA:

É do conhecimento deste Poder Legislativo, que a solução para o grave problema que vem aumentando dia-a-dia, das famílias

"SEM-TETOS", que assolam às periferias da Capital, não é apenas da prefeitura Municipal de Curitiba, mas também do Governo do Estado.

Portanto, a proposição tem o condão de trazer a discussão inclusive para o Plenário desta Assembléia Legislativa, face a sua magnitude.

REQUERIMENTO N° 162

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente Oficial do Poder Legislativo à Companhia de Telecomunicações do Paraná-TELEPAR, solicitando a instalação de telefone público comunitário no Conjunto Residencial Cotelengo I, neste município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Contando com centenas de unidades habitacionais, o conjunto em questão atende predominantemente a famílias de baixo poder aquisitivo que não dispõem de recursos para aquisição de assinaturas junto à TELEPAR.

Por esta razão, são usuários potenciais dos serviços públicos da TELEPAR.

Lamentavelmente, estão perecendo pela dificuldade de acesso ao serviço nas proximidades das suas residências.

Diante da necessidade de uso de telefone público, é necessário - relatam os moradores - recorrer a serviços de transporte coletivo e percorrer considerável distância.

Assim sendo e atento à importância de modalidade de comunicação telefônica, sobretudo em questões de maior emergência, confiamos nos bons préstimos da TELEPAR, quanto ao levantamento da viabilidade técnica e atendimento à solicitação.

REQUERIMENTO N° 163

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo à Companhia de Telecomunicações do Paraná-TELEPAR, solicitando a instalação de um telefone público comunitário no Conjunto Residencial Moradias Santa Cândida II, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A unidade habitacional em questão - Conjunto Santa Cândida II - foi recentemente entregue à população, e embora tenha considerável estrutura de serviços, ainda não conta com telefone público.

É preciso considerar que, por atender à população de baixa renda, tal localidade constitui-se em região de usuários potenciais desse tipo de serviço prestado pela TELEPAR.

Preocupam-se os moradores com situações de emergência (Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Ambulância etc), quando o fator tempo tem peso preponderante e o acesso telefônico é o mais viável e indicado.

Assim sendo, confiamos nas providências a serem encaminhadas pela TELEPAR, bem como no atendimento à solicitação, caso confirmada a viabilidade técnica.

Que do presente se dê ciência à representante dos moradores, Senhora Severina Félix da Silva, travessa 01, n° 54, bloco 01, apt° 33, Condomínio 01 - Conjunto Moradores Santa Cândida II, CEP 82.500 - Curitiba- Paraná.

REQUERIMENTO N° 173

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário Nacional da Habitação, Senhor Ramon Arnus Filho, solicitando a liberação de recursos financeiros, via convênio com o Município de Assis Chateaubriand, para a construção de 300 unidades habitacionais pelo Projeto Mutirão.

Do aprovado, Requer-se que se dê ciência ao ilustre Senhor Prefeito Municipal e ao Senhor Presidente da AMERIOS.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O déficit habitacional é sem dúvida alguma um dos maiores e mais crônicos problemas que enfrentam os administradores públicos, pois o inchaço das cidades causado pelo êxodo rural não é acompanhado pela construção de novas e mais moradias para as famílias de baixa renda.

O programa do Governo Federal de construção de conjuntos habitacionais por mutirão tem sido uma das poucas senão a única alternativa concreta para que famílias carentes possam realizar o sonho de ter um teto para se abrigar.

O município encarecidamente solicita a realização desse convênio.

REQUERIMENTO N° 174

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário Nacional da Habitação, Senhor Ramon Arnus Filho, solicitando a liberação de recursos financeiros, via convênio com o Município de

Mariluz, para a construção de 200 unidades habitacionais pelo Projeto Mutirão.

Do aprovado, Requer-se que se dê ciência ao ilustre Senhor Prefeito Municipal e ao Senhor Presidente da AMERIOS.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O déficit habitacional é sem dúvida alguma um dos maiores e mais crônicos problemas que enfrentam os administradores públicos, pois o inchaço das cidades causado pelo êxodo rural não é acompanhado pela construção de novas e mais moradias para as famílias de baixa renda.

O programa do Governo Federal de construção de conjuntos habitacionais por mutirão tem sido uma das poucas senão a única alternativa concreta para que famílias carentes possam realizar o sonho de ter um teto para se abrigar.

O município encarecidamente solicita a realização desse convênio.

REQUERIMENTO N° 175

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário Nacional da Habitação, Senhor RAMON ARNUS FILHO, solicitando a liberação de recursos financeiros, via convênio com o município de Umuarama - Santa Eliza, para a construção de 50 unidades habitacionais pelo Projeto Mutirão.

Do aprovado, Requer-se que se dê ciência ao ilustre Senhor Prefeito Municipal e ao Senhor Presidente da AMERIOS.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O déficit habitacional é sem dúvida alguma um dos maiores e mais crônicos problemas que enfrentam os administradores públicos, pois o inchaço das cidades causado pelo êxodo rural não é acompanhado pela construção de novas e mais moradias para as famílias de baixa renda. O programa do Governo Federal de construção de conjuntos habitacionais por mutirão tem sido uma das poucas senão a única alternativa concreta para que famílias carentes possam realizar o sonho de ter um teto para se abrigar. O município encarecidamente solicita a realização desse convênio.

REQUERIMENTO N° 176

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário Nacional da Habitação, Senhor RAMON ARNUS FILHO, solicitando a liberação de recursos finan-

ceiros, via convênio com o município de Umuarama - Ivaté, para a construção de 100 unidades habitacionais pelo Projeto Mutirão.

Do aprovado, Requer-se que se dê ciência ao ilustre Senhor Prefeito Municipal e ao Senhor Presidente da AMÉRIOS.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O déficit habitacional é sem dúvida alguma um dos maiores e mais crônicos problemas que enfrentam os administradores públicos, pois o inchaço das cidades causado pelo êxodo rural não é acompanhado pela construção de novas e mais moradias para as famílias de baixa renda. O programa do Governo Federal de construção de conjuntos habitacionais por mutirão tem sido uma das poucas senão a única alternativa concreta para que famílias carentes possam realizar o sonho de ter um teto para se abrigar. O município encarecidamente solicita a realização desse convênio.

REQUERIMENTO N° 177

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário Nacional da Habitação, Senhor RAMON ARNUS FILHO, solicitando a liberação de recursos financeiros, via convênio com o município de Umuarama - Lovat, para a construção de 50 unidades habitacionais pelo Projeto Mutirão.

Do aprovado, Requer-se que se dê ciência ao ilustre Senhor Prefeito Municipal e ao Senhor Presidente da AMÉRIOS.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O déficit habitacional é sem dúvida alguma um dos maiores e mais crônicos problemas que enfrentam os administradores públicos, pois o inchaço das cidades causado pelo êxodo rural não é acompanhado pela construção de novas e mais moradias para as famílias de baixa renda. O programa do Governo Federal de construção de conjuntos habitacionais por mutirão tem sido uma das poucas senão a única alternativa concreta para que famílias carentes possam realizar o sonho de ter um teto para se abrigar. O município encarecidamente solicita a realização desse convênio.

REQUERIMENTO N° 178

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário Nacional da Habitação, Senhor RAMON ARNUS FILHO,

solicitando a liberação de recursos financeiros, via convênio com o município de Umuarama - Serra Dourados, para a construção de 50 unidades habitacionais pelo Projeto Mutirão.

Do aprovado, Requer-se que se dê ciência ao ilustre Senhor Prefeito Municipal e ao Senhor Presidente da AMÉRIOS.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O déficit habitacional é sem dúvida alguma um dos maiores e mais crônicos problemas que enfrentam os administradores públicos, pois o inchaço das cidades causado pelo êxodo rural não é acompanhado pela construção de novas e mais moradias para as famílias de baixa renda. O programa do Governo Federal de construção de conjuntos habitacionais por mutirão tem sido uma das poucas senão a única alternativa concreta para que famílias carentes possam realizar o sonho de ter um teto para se abrigar. O município encarecidamente solicita a realização desse convênio.

REQUERIMENTO N° 179

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário Nacional da Habitação, Senhor RAMON ARNUS FILHO, solicitando a liberação de recursos financeiros, via convênio com o município de Alto Piquiri, para a construção de 100 unidades habitacionais pelo Projeto Mutirão.

Do aprovado, Requer-se que se dê ciência ao ilustre Senhor Prefeito Municipal e ao Senhor Presidente da AMÉRIOS.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O déficit habitacional é sem dúvida alguma um dos maiores e mais crônicos problemas que enfrentam os administradores públicos, pois o inchaço das cidades causado pelo êxodo rural não é acompanhado pela construção de novas e mais moradias para as famílias de baixa renda. O programa do Governo Federal de construção de conjuntos habitacionais por mutirão tem sido uma das poucas senão a única alternativa concreta para que famílias carentes possam realizar o sonho de ter um teto para se abrigar. O município encarecidamente solicita a realização desse convênio.

REQUERIMENTO N° 180

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário Nacional

da Habitação, Senhor RAMON ARNUS FILHO, no sentido de que seja viabilizado a liberação de recursos financeiros, via convênio com o município de Moreira Sales, para a construção de 100 unidades habitacionais pelo Projeto Mutirão.

Do aprovado, Requer-se que se dê ciência ao ilustre Senhor Prefeito Municipal e ao Senhor Presidente da AMÉRIOS.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O déficit habitacional é sem dúvida alguma um dos maiores e mais crônicos problemas que enfrentam os administradores públicos, pois o inchaço das cidades causado pelo êxodo rural não é acompanhado pela construção de novas e mais moradias para as famílias de baixa renda. O programa do Governo Federal de construção de conjuntos habitacionais por mutirão tem sido uma das poucas senão a única alternativa concreta para que famílias carentes possam realizar o sonho de ter um teto para se abrigar. O município encarecidamente solicita a realização desse convênio.

REQUERIMENTO N° 181

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Dr. Ozires Silva, Mui Digno Ministro da Infra-Estrutura, no sentido de que seja viabilizado a destinação de recursos para a Empresa de Correios e Telégrafos - ECT/PR, para a construção, em caráter de urgência, da sede própria da Agência ECT na cidade de Umuarama.

Uma vez aprovado, Requer, ainda, envio das cópias aos Excelentíssimos Senhores, Alexandre Ceranto, Prefeito Municipal, ao Chefe da Agência Postal Telegráfica de Umuarama e ao Chefe de Sessão de Patrimônio da ECT, Curitiba (Rua José Loureiro, 540 - Curitiba).

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A dificuldade de desenvolver um trabalho a contento das necessidades da população de Umuarama, pelos valorosos funcionários da ECT tem sido sem dúvida as precárias instalações em que se encontra alojada aquela empresa.

O grande número de pessoas que são atendidas não só do município, como da região deparam diariamente com filas e riscos de toda natureza refletida pelas péssimas condições do imóvel alugado onde funciona o ECT.

Solicito, para o bem da comunidade de Umuarama, medidas do Governo Federal no sentido de liberar a construção da sede própria, condizente com o porte da Empresa

e da importância da cidade em tela.

REQUERIMENTO N° 182

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente oficial da Assembléia Legislativa, ao Digníssimo Senhor Luiz Alberto Pinto de Carvalho, Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que seja viabilizado urgentemente a construção de uma unidade escolar no Parque das Laranjeiras, no município de Umuarama.

Do aprovado, requer ainda, o envio da cópia para o Excelentíssimo Senhor Alexandre Ceranto, Prefeito Municipal ao ilustre Senhor Inácio Pereira Pinto, Mui Digno Presidente da Câmara Municipal e ao Presidente da Associação dos Moradores do Parque das Laranjeiras.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A expansão demográfica em Umuarama tem sido um dos fatores de desequilíbrio entre as ações dos Governos Municipal, Estadual e Federal as exigências básicas no campo social da população que além disso se vêem num crescente empobrecimento face a crise econômica que o País vem atravessando.

O Parque Laranjeiras, em Umuarama, apresenta esses desequilíbrios, e na área da educação se agrava por ser prioridade de todos os governos, necessitando urgente a construção de uma escola com capacidade de no mínimo abrigar no mínimo 400 crianças em 03 turnos.

Trata-se de um pedido que recebe o endosso e os agradecimentos, uma vez atendido da comunidade Umuaramaense.

REQUERIMENTO N° 183

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente, subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Dr. Alceni Guerra, Digno Ministro da Saúde, no sentido de que seja viabilizado recursos financeiros para a construção de um mini hospital em Cafezal - distrito de Iporã.

Do aprovado, requer-se, outrossim, que seja enviado comunicação ao ilustre vereador da Câmara Municipal de Iporã, Senhor Moisés Mendes e ao Excelentíssimo Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O distrito de Cafezal, pertencente ao município de Iporã, será elevado à categoria de município em 1992, mediante à rea-

lização de eleições municipais, necessitando equipar-se de infra-estrutura condizente com as exigências sociais da comunidade.

Trata-se de um pedido mais que justo, visto não haver naquele local nenhum atendimento razoável na área da saúde pública.

REQUERIMENTO N° 184

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Senhor Francisco Deliberador Neto, mui digno Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja viabilizado recursos financeiros, via convênio entre a Prefeitura e o Estado, para proceder o recapeamento asfáltico da rodovia que liga os municípios de São Jorge do Patrocínio a Altônia.

Do aprovado, Requer, ainda, que seja dada ciência aos Senhores; Prefeito Municipal de São Jorge do Patrocínio e Presidente da AMERIOS, Senhor Cláudio Palozzi; Prefeito Municipal de Altônia, Sr. Jonathan Pliacekos; Sr. Aparecido Faleiros (rua Souza Naves, 23 - S. J. Patrocínio).

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma importante via de ligação entre duas das mais pujantes cidades da microrregião 11, pela sua população trabalhadora e pela riqueza de suas safras, movimentando grande quantidade de grãos. Apesar de esforços dos dois Prefeitos desses municípios em manter em condições as linhas de trânsito não conseguem atender a contento todos os pedidos de melhoria das ruas, e tendo em vista que trata-se de uma rodovia estadual, solicita-se a participação do Estado para o recapeamento desse importante acesso e a sua conservação.

REQUERIMENTO N° 185

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Secretário da Segurança Pública, Senhor Moacir Favetti, no sentido de que seja viabilizado recursos financeiros para a aquisição, pelo município de viaturas policiais para a Delegacia de Maria Helena.

Do aprovado, Requer, ainda, que seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, ao ilustre Presidente da Câmara Municipal e ao Senhor Alan Robson de Freitas, (residente na Fazenda Freitas - Maria Helena).

Sala das Sessões, em 04.03.91

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se deve ao fato de a Delegacia de Polícia de Maria Helena, até a presente data não possuir condições mínimas de atender a população, especialmente no transporte do contingente policial e captura de presos.

Maria Helena é um Município carente na área de Segurança e a reivindicação é legítima e necessária.

REQUERIMENTO N° 186

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Dr. Alceni Guerra, Mui Digno Ministro de Estado da Saúde Pública, no sentido de que seja viabilizado recursos financeiros para a construção, via convênio com a Prefeitura, de um mini hospital no município de Mariluz.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A população de Mariluz, pelas características sócio-econômico, podem se caracterizar como a grande maioria, constituída de famílias de baixa renda, percebendo média mensal que não ultrapassam o salário-mínimo, isto em decorrência, de suas atividades econômicas, pois trabalham no campo, colhendo algodão, cana de açúcar, como diaristas, trabalhadores volantes.

Isto requer da municipalidade, do Governo uma atenção maior dos setores sociais, como educação, saúde, alimentação, habitação, etc.

É por isto que requeiro, do Ministro da Saúde, a construção de um mini-hospital para aparelhar melhor as precárias condições que a Prefeitura dispõe para atender seus municípios.

REQUERIMENTO N° 188

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Carlos Chiarelli, Mui Digno Ministro da Educação, no sentido de que seja viabilizado em caráter urgente a liberação de recursos financeiros para a construção de uma unidade escolar na localidade do Parque Laranjeiras, no Município de Umuarama.

Do aprovado, requer-se ainda, o envio de cópia ao ilustre Prefeito Municipal de Umuarama, Sr. Alexandre Ceranto, ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Inácio Pereira Pinto.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O Parque das Laranjeiras é um dos mais povoados de Umarama, com índice de crescimento acima da média dos outros conjuntos habitacionais.

A municipalidade na falta de recursos financeiros suficientes para atender as exigências de infra-estrutura e conforto para municípios, se vê na condição de solicitar ajuda do Governo Federal para promover melhorias na qualidade de vida da sua população.

O requerimento endereçado ao Ministro da Educação visa propiciar às crianças moradoras daquele bairro carente, local adequado para estudarem, oportunizando que através da Educação a garantia de dias melhores.

REQUERIMENTO N° 190

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, reiterando a solicitação anterior referente a liberação de recursos para reconstrução da Escola Estadual "Rui Barbosa" da localidade de Salto do Braço do Pottinga, município de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Para desenvolver a fé e a esperança dos moradores da localidade de Salto do Braço do Pottinga, município de Rio Azul, entendemos oportuno voltar a solicitar seja providenciada a reforma da Escola Rural Estadual "Rui Barbosa". Os jovens que frequentam a referida escola vivem hoje, se não à beira da frustração e da desesperança, pelo menos na angustiante situação daqueles que não divisam expectativas estimulantes para seus sonhos e ideais de estudar.

E, assim sendo, vemos o alto caráter social que embasa esta nossa nova solicitação.

REQUERIMENTO N° 191

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sra. Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, reiterando solicitação anterior referente à liberação de recursos para a reconstrução da Escola Rural Estadual Caramuru, da localidade os Amâncios, Município de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É imprescindível para a boa formação da nossa juventude, que sejam dadas condições mínimas para a frequência escolar. Esta é a razão que voltamos novamente ao assunto, encarecendo a necessidade da reforma da Escola Rural Estadual Caramuru, da localidade dos Amâncios, no município de Rio Azul.

Neste contexto, portanto, não poderá jamais ser deixado à margem o segmento educacional, pois é aí que estamos forjando a nova cidadania, os novos paranaenses que irão desempenhar o grande papel na renovação que almejamos em busca da consolidação do nosso Estado.

É com este espírito que nos propusemos reiterar o pedido anterior, atendendo às reivindicações da comunidade daquela localidade a angustiada na esperança desta solução.

REQUERIMENTO N° 207

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Casa ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Mauro Benevides, ao Presidente da Câmara, Deputado Ibsen Pinheiro e ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcanti, em apoio à regimentação do artigo 62 da Constituição Federal.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) EMÍLIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O Congresso Nacional deve votar por estes dias projeto de lei que limita a edição de medidas provisórias pelo Executivo Federal.

Consideramos que esta é uma decisão das mais importantes, merecendo o apoio de todos nós que acreditamos ser a Medida Provisória um recurso para situações de relevância e urgência, e não o único instrumento de que dispõe o Executivo para governar o País.

Tendo em conta que o Executivo, em um ano, já lançou mão de 245 medidas provisórias criando sérias dificuldades para o Congresso Nacional, e impedindo com isto a ampla e necessária discussão sobre outras propostas, consideramos ser oportuna e imprescindível a regulamentação da matéria.

REQUERIMENTO N° 211

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Casa a Sua Excelência o Ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva, e ao Sr. Secretário de Esta-

do dos Transportes, Francisco Deliberador Neto, para que se providencie o imediato conserto da ponte sobre o Córrego do Nível, no KM 178 da BR-376, no Norte do Estado.

Requer, outrossim, que seja dada ciência deste requerimento aos Srs. Prefeitos Municipais e Presidentes de Câmaras e Vereadores das cidades de Ponta Grossa, Rolândia, Arapongas, Londrina e Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) EMÍLIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Considerando a importância do trecho da BR-376, que liga Curitiba ao Norte do Estado, para o tráfego e escoamento da produção agrícola do Estado, é inadmissível que uma ponte como é o caso da que passa sobre o Córrego do Nível, no KM 178 daquela rodovia, não mereça a manutenção adequada.

As condições da ponte são ainda mais precárias que as da rodovia. Por sobre o Córrego do Nível, só podem trafegar, com segurança, veículos com no máximo 45 toneladas de peso, já que avaliações técnicas definiram que sua estrutura está comprometida.

Os motoristas são orientados pela Polícia Rodoviária para evitar que um acidente de grandes proporções ali ocorra.

Esta situação não pode perdurar, sob pena de a ponte desabar antes que as autoridades competentes tomem as devidas providências.

REQUERIMENTO N° 207

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Paulo Roberto Pereira de Souza, Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, solicitando sejam urgenciadas as obras do sistema de abastecimento de água na localidade de Vila Nova, Município de Realeza, dando-se ciência deste requerimento ao Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A localidade de Vila Nova, no Município de Realeza, Sudoeste do Paraná, conta com grande número de moradores, diversos estabelecimentos comerciais, auto-posto e escolas, e ressen-te-se pela falta de um sistema próprio de abastecimento de água. O atendimento deste requerimento virá atender aos anseios da comunidade, que inclusive se propõe a colaborar na implantação do projeto.

REQUERIMENTO N° 209

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado da Educação, solicitando a instalação de um telefone na Escola Estadual Paulina Pacífico Borsari, Ensino de 1° Grau, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A situação do Colégio Paulina P. Borsari, concorre em peculiaridade e dificuldade, uma vez que atende a aproximadamente 500 estudantes e é verdadeiramente necessitado de um telefone.

Entretanto, não existe qualquer meio de o estabelecimento adquiri-lo, principalmente por atender a população predominantemente de baixa renda e não lhe sendo lícito cobrar qualquer taxa de sua clientela.

Assim sendo e sabendo das previsões orçamentárias para investimentos desta natureza, confiamos não apenas na sensibilidade da Secretaria da Educação, mas também na sua competência e eficiência para solucionar este problema e apresentar melhorias à condição de funcionamento daquele já conceituado estabelecimento de ensino.

Melhores informações e detalhes complementares, poderão ser obtidos junto à direção do estabelecimento.

Solicitamos ainda, seja dada ciência do presente ao Colégio supra-mencionado.

REQUERIMENTO N° 208

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado, através da Secretaria de Estado das Finanças, pedido de informações ao Serviço de Loterias do Paraná - SERLOPAR, para resposta aos seguintes quesitos:

1. Quantos bilhetes da loteria tipo "raspadinha SURPRESA DE NATAL" foram emitidos?

2. Quantos bilhetes da mesma loteria foram vendidos até a presente data?

3. Qual o valor de prêmios pagos pela "Surpresa de Natal" até a presente data?

4. O prêmio maior desta extração, no valor de cinquenta milhões de cruzeiros, já teve acertador? Se a resposta a este quesito for afirmativa, informar nome e endereço do acertador;

5. Quantas séries de raspadinha foram emitidas até esta data e qual o valor dos prêmios até hoje distribuídos?

6. Qual o valor total arrecadado, discriminando por séries de emissão, por este tipo de loteria?

7. Qual o destino dado, até a data de hoje, às importâncias arrecadadas pela "raspadinha" desde a sua instituição?

8. Qual a percentagem do total arrecadado utilizada para custear os serviços da SERLOPAR?

Requer também, por não ter havido resposta a requerimento anterior, firmado por este Deputado, tratando do assunto similar, que se alerte o Excelentíssimo Senhor Secretário das Finanças e Diretores da SERLOPAR, sobre o disposto no inciso V, do Art. 90 e § 8º, do Art. 27, ambos da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 212

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor da presente, fundado no disposto pelo Art. 104 do Regimento Interno, vem formular questão de ordem referente à aplicação da norma regimental contida no art. 131 do supra citado diploma legal, que estará sendo aplicada aos pedidos de informações requeridos por diversos Parlamentares desta Casa de Leis.

A primeira dúvida surge quando do cotejo do referido Art. 131 do Regimento Interno com o "caput" do art. 55 da Carta Magna Estadual, determinando a primeira norma simples despacho de ofício quanto a requerimentos de informações, enquanto que a segunda norma exige a aprovação dos mesmos pelo Plêniário.

Um segundo aspecto a ser questionado, diz respeito à dúvida existente quanto ao fato de não restar esclarecido de forma indubitável, no aludido artigo do Regimento, se os requerimentos de informações oficiais a que se refere a parte final da oração, são os apresentados pelas Comissões, ou se o são por qualquer Parlamentar e se positiva esta última hipótese, não ocorreria estar-se deixando de lado a obrigatoriedade do cumprimento do princípio de deliberação colegiada de qualquer Assembléia, que na Constituição Estadual vem preceituado, a título de regra geral, o art. 56?

Estas as dúvidas surgidas, da qual aguarda-se a decisão de Vossa Excelência.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(aa) CAÍTO QUINTANA
ORLANDO PESSUTI

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 34/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os repasses de recursos financeiros provenientes do Tesouro Estadual às Prefeituras Municipais, mediante assinatura prévia de termo de cooperação, para

o pagamento de salários e respectivos encargos sociais dos professores municipais que prestam serviços junto à rede estadual de ensino, deverão ser efetuados, mensalmente, pelo órgão repassador até o último dia útil do mês em que ocorrer a despesa.

§ 1º - Os municípios beneficiários dos recursos deverão apresentar relatório estipulando os gastos para cobertura do termo de cooperação, até o dia 20 (vinte) do mês em que ocorrer a despesa, sob pena de não receberem os recursos no prazo previsto no "caput" deste artigo;

§ 2º - A não transferência dos recursos de que tratam o "caput" deste artigo para a conta bancária designada pelo município no prazo estipulado acarretará a correção diária dos valores, de acordo com índice de atualização fixado pelo Governo Federal.

Art. 2º - A prestação de contas, por parte da Prefeitura Municipal, deverá ser efetuada até o 15º (décimo-quinto) dia útil do mês subsequente ao recebimento do recurso perante o órgão repassador do recurso.

Parágrafo Único. A não prestação de contas, pelo município junto ao órgão repassador dos recursos dentro do prazo fixado no "caput" deste artigo o impedirá de receber novos recursos enquanto não regularizar a situação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(aa) ORLANDO PESSUTI

DURVAL AMARAL

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

EDSON SILVA LINO

CLEITON QUIELSE CRISÓSTOMO

ALBINO CORRAZA

SEVERINO FÉLIX

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Estadual, em seu art. 87, XVII, atribui ao Governador do Estado poderes para celebrar ou autorizar convênios ou acordos com instituições públicas ou particulares. No entanto, a matéria não se encontra regulamentada, o que vem trazendo sérias dificuldades aos municípios paranaenses, principalmente no que se refere aos termos de cooperação firmados com a Secretaria de Estado da Educação, para a cessão de professores municipais que prestam serviço junto à rede estadual de ensino.

Óbvio é, que a regulamentação ideal do art. 87, XVII, da C.E., deveria estabelecer critérios que abrangessem todas as espécies de convênios e acordos firmados ou autorizados pelo Chefe do Executivo Estadual - que não é o caso deste projeto de lei.

Entretanto, é de se considerar a relevância e urgência do presente projeto de lei, que trará garantias aos municípios paranaenses, mormente ao garantir a correção em caso de atraso de repasse dos recursos.

Assim esse projeto, se convertido em lei, sanará as dificuldades enfrentadas pelas administrações municipais, no que se refere aos citados termos de cooperação.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está finda a leitura do expediente.

A Presidência da Assembléia quer congratular-se com as Lideranças com os Srs. Deputados, pelo entendimento que tiveram, na última quinta-feira, na feitura das Comissões Internas da Casa, evitando assim que tivéssemos uma disputa pelos cargos. Houve bom entendimento e felizmente tudo terminou em bom termo.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rosinha, inscrito.

O SR. FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Nós recebemos um documento chamado SOS IAPAR, e ao lê-lo e tomando conhecimento de outras questões que têm ocorrido no Governo estadual, acho que, sem dúvida nenhuma, podemos lançar o brado de SOS PARANÁ!, porque a situação no Estado é calamitosa na área de saúde, educação, pesquisa, sendo destruídos todos os institutos de pesquisa do Estado. Destruido o BADEP, destruido o IAPAR, destruido o IPARDES, por um único quisto, o Sr. Governador Álvaro Dias!

Pena que não deu para extirpá-lo cirurgicamente antes do dia 15 próximo, porque é de grande nocividade para a população paranaense, para os trabalhadores deste Estado, para os servidores públicos do Estado.

O IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, sofreu corte de recursos em toda a gestão do Governo Álvaro Dias. No ano passado, sob a alegação da reforma administrativa tentou extinguir o Instituto, e sob pressão acabou revendo mas transferiu-o para o Edifício Castelo Branco.

Essa transferência leva-nos a levantar algumas interrogações. Onde está o patrimônio do Instituto? As duas centrais telefônicas? Onde está o carro? Onde foi parar a gráfica? São perguntas que alguns servidores do Estado e alguns trabalhadores têm feito e que cabe ao Governador esclarecer.

O Governador acusa os funcionários de tal instituto de serem marajás, e que este Instituto é dispendioso. Marajás que ganham de 60 a 150 mil cruzeiros por mês! E ele não é dispendioso em função de que ele pode se auto-financiar e se auto manter

vendendo os seus serviços através do Banco de Dados do Estado. Ele está em dificuldades econômicas por responsabilidade do Governador. No momento em que a direção do Instituto negociava a venda desse pacote tecnológico, com informações estatísticas para nove Estados, visando obter a Presidência do PMDB, o Governador Álvaro Dias assinou com o Governador do Pernambuco, convênio doando um pacote tecnológico orçado em 50 mil BTN's pelos trabalhadores e pela direção do IPARDES.

Portanto, este sucateamento é proposital, a destruição do serviço público pelo Governador também é por vontade própria do Sr. Governador.

A respeito do outro Instituto, IAPAR, que todos nós conhecemos, que é o Instituto Agrônomo do Paraná, que desenvolve a pesquisa agropecuária no nosso Estado, com profissionais capacitados, nessas pesquisas houve a criação e a recomendação de mais de 45 variedades de culturas. Só a variedade de trigo tapejara, cultivada em cerca de 25% da área paranaense, da área triticultada Estado, gerou ICM na ordem de 12 milhões de dólares, no ano passado, que é o próprio orçamento do IAPAR. Sem constar outras áreas como citricultura com o programa de manejo integrado de solo e água, para a conservação do solo e água, para a conservação do solo; viabilização do Programa Estadual de Irrigação e Drenagem, o controle biológico de muitas pragas, do trigo, da mandioca; e no entanto, o IAPAR hoje está destruído, está sucateado. A direção não tem autonomia para administrá-lo nos recursos humanos, de 86 para cá, perdeu recursos da ordem de 30%, houve uma deterioração dos equipamentos dentro da qualidade e da quantidade de pesquisa, e hoje...

Sr. Presidente, requeiro um minuto para concluir.

Hoje, mais de 78% dos servidores recebem menos que três salários-mínimos e são acusados de marajás.

Nós exigimos respeito com a pesquisa no nosso Estado, exigimos que sejam melhoradas as condições de trabalho e de pesquisa de todos esses trabalhadores e exigimos que essas entidades sejam respeitadas com autonomia administrativa, uma vez que o Sr. Governador fez intervenção em todas elas e colocou na sua direção, somente administradores que sabem dizer sim, concordando com tudo o que diz o Governador.

A respeito do outro instituto, o BADEP, nós iremos abordar em outro momento desta semana, porque exige estudo desta Casa de Leis e acho que o SOS Governo do Paraná tinha que ser um movimento que nós, Deputados, teríamos que lançar. Vamos salvar o Paraná, vamos livrá-lo desse mal que

está vencendo, mas que pode retornar se nós não tivermos responsabilidade, esse mal que se chama Álvaro Dias, esse mal, esse quisto incrustado dentro da Administração Pública que sucateou todo o Governo do Estado, sucateou todo o serviço público e destruiu o Estado do Paraná por quatro anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Com a palavra no Pequeno Expediente ainda, a Deputada Emília Belinati.

A SRA. EMÍLIA BELINATI - Estamos encaminhando um requerimento ao Sr. Presidente da Assembléia Legislativa. (Lê):

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Casa ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Mauro Benevides, ao Presidente da Câmara, Deputado Ibsen Pinheiro e ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcanti, em apoio à regulamentação do artigo 62 da Constituição Federal.

Sala das Sessões, em 04.03.91.

(a) EMÍLIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O Congresso Nacional deve votar por estes dias projeto de lei que limita a edição de medidas provisórias pelo Executivo Federal.

Consideramos que esta é uma decisão das mais importantes, merecendo o apoio de todos nós que acreditamos ser a Medida Provisória um recurso para situações de relevância e urgência, e não o único instrumento de que dispõe o Executivo para governar o País.

Tendo em conta que o Executivo, em um ano, já lançou mão de 245 medidas provisórias criando sérias dificuldades para o Congresso Nacional, e impedindo com isto a ampla e necessária discussão sobre outras propostas, consideramos ser oportuna e imprescindível a regulamentação da matéria". Nós aproveitamos com a presença dos nossos queridos companheiros Deputados Edésio Passos e Rubens Bueno, acho que é oportuno esse requerimento que nós estamos apresentando aqui, desejamos boas vindas aos nossos Deputados Federais.

"Esse requerimento, de nossa autoria, reflete a preocupação com o uso abusivo de medidas provisórias pelo Executivo, desde que foi previsto no Art. 62 da Constituição Federal, de outubro de 88, o instituto da medida provisória já foi acionado 295 vezes, pelos Governos José Sarney e Fernando Collor.

Abre-se agora no Congresso Nacional a possibilidade de se enquadrar o uso da medida provisória ao espírito do artigo constitucional que a prevê: ela só deve ser usada em casos de relevância e urgência.

Assim considerada, a medida provisória 295 não poderia, por exemplo, mudar a tabela para imposto de renda na fonte. Em outros casos, o Executivo não poderia tratar - como já o fez, de matéria penal, cuja competência exclusiva é do Poder Legislativo.

O projeto de lei que deve ir à votação no Congresso Nacional amanhã, diz em quais casos o Executivo não pode legislar, e também prevê que a reedição de medidas fica limitada.

O que acontece hoje é que o Governo edita e reedita quantas vezes quiser uma medida provisória derrubada pelo Congresso. A modificação pretendida é que, uma vez rejeitada a medida provisória pelos Deputados e Senadores, ela não poderá ser reeditada. E se o Congresso não votar uma medida provisória, ela só poderá ser reeditada uma vez pelo Executivo. E se, ao analisar uma medida provisória o Congresso concluir que ela não tem a urgência e relevância devidas, vai mudá-la para um projeto de lei, que deve tramitar pela Casa em regime de urgência.

O Governo alega que precisa das medidas provisórias para governar. Consideramos que a medida provisória - que substitui o decreto-lei, é uma arma importante para o Executivo, mas não a única para administrar o País.

A medida provisória deve ter seu uso limitado aos casos de circunstâncias graves e que exijam pronta intervenção do Executivo. Fora disto, os abusos que vêm sendo cometidos configuram uma prática autoritária.

Enquanto isto, o Congresso Nacional, bombardeado por medidas provisórias, tem pouco tempo para um exame mais aprofundado das matérias que elas contém, e nem tem tido tempo de discutir a regulamentação das leis complementares.

A disposição do Congresso Nacional é estabelecer um controle Democrático sobre o uso de medida provisória.

Acreditamos ser esta uma proposição da maior importância, a confirmar que o relacionamento entre os poderes constituídos deve ser de respeito e independência.

Queremos acreditar, ainda, que isto pode cimentar o caminho que leve ao tão propalado - e sempre adiado - entendimento Nacional.

Muito obrigado! (Termina de Ler).

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pe-

queno Expediente com a palavra o Deputado Orlando Pessuti, ao mesmo tempo que esta Presidência saúda a presença aqui entre nós do Deputado Federal Rubens Bueno.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, da mesma forma que o Líder do PT já anunciou, da mesma forma que Vossa Excelência também anuncia, nós registramos com satisfação a presença entre nós dos Deputados Edésio Passos e Rubens Bueno que no Congresso Nacional muito engrandecem o nome do Estado do Paraná pelo trabalho que tenho certeza estão desenvolvendo e poderão desenvolver nesses quatro anos de mandato que têm pela frente. Da mesma forma Sr. Presidente gostaríamos de, desta feita no Plenário desta Casa, nos congratularmos com todos os parlamentares e em especial com os Senhores Líderes partidários pela possibilidade que tivemos na última quinta-feira de chegarmos a um entendimento amplo no que diz respeito às eleições de Presidente e Vice-Presidente das Comissões Técnicas permanentes dessa Casa. Após, é bem verdade, discussões muito acaloradas, muitas vezes, quase que nós chegávamos a ponto de adotarmos uma posição radical, mas, ao final o bom senso prevaleceu de todos os lados e nós conseguimos esse entendimento, que só tem a engrandecer este Legislativo e demonstrar que na Assembléia Legislativa, em que pese as diferentes correntes partidárias em que pese os interesses isolados deste ou daquele parlamentar o bom senso e o entendimento haverá de sempre prevalecer nas votações de matérias que por aqui tramitem, seja de origem deste Parlamento e de iniciativa dos Srs. Parlamentares, ou mesmo as matérias oriundas do Poder Executivo, que por aqui tramitem é do interesse do Paraná, com toda a certeza elas sempre o serão.

Comparecemos ainda no Pequeno Expediente de hoje, Sr. Presidente, para registrar votos de congratulações, e no dia de amanhã o faremos por escrito, à nova diretoria da FETAEP que se elege. Temos aqui, entre nós o Mário Plefka, pessoa ligada à nossa região, o vale do Ivaí, ex-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jardim Alegre, nossa terra, que foi agora reconduzida à uma das funções diretivas da FETAEP ao lado do atual Presidente, o Antenor Bene, e cuja presidência terá, daqui para a frente, Antônio Zarrantonelo, pessoa que, tenho certeza, ligada ao movimento dos trabalhadores, aos trabalhadores rurais do Estado do Paraná haverá de, junto conosco também se somar nas lides do dia-a-dia do Bloco Parlamentar Agropecuário, da Comissão de Agricultura desta Assembléia, para que possamos ao desenvolver esse trabalho harmônico,

como sempre desenvolvemos, em especial por ocasião da Assembléia Estadual Constituinte, produzirmos aos paranaenses um trabalho à altura, e no merecimento de cada uma dessas pessoas.

Registrar também com satisfação a eleição do último dia primeiro, de Ágide Meneghetti, engenheiro agrônomo, atual vice-Presidente, para a presidência da FAEP. Igualmente a FETAEP cumpre o seu papel na defesa dos interesses daquele que ela representa. O Ágide Meneghetti é pessoa da nossa estima pessoal; fomos seu contemporâneo de bancos escolares, ele na agronomia, nós na medicina veterinária, nos idos de 1974 desenvolvíamos já ações políticas ligadas ao movimento estudantil. Foi na gestão do Ágide Meneghetti que se instituiu o ciclo de atualização em ciências agrárias, e nós desde aquela época temos um relacionamento pessoal com o Ágide, a exemplo do relacionamento que temos com Mário Plefka que remonta aos mais distantes, não tão distantes, é bem verdade, mas aos distantes anos que vivíamos a nossa infância, lá em Jardim Alegre.

Por essa razão, em meu nome particular, em nome do Bloco Parlamentar Agropecuário, que nós coordenamos, queremos aqui registrar votos de congratulações e de gestão profícua à nova diretoria da FETAEP e à nova diretoria da FAEP, e esperamos que ambas continuem tendo conosco esse entrosamento que sempre tiveram, na discussão, na defesa e na prosperidade das idéias que cada uma defende, e que sempre foram, dentro da Assembléia Legislativa veiculadas, trabalhadas pelos membros do Bloco Parlamentar Agropecuário.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Esta Assembléia quer registrar a presença da Sra. Lilian Zampiere, que é do Conselho da CONAN, e do Sr. Antônio Gomes, Presidente da PROMOPAR Federação das Associações de Moradores do Estado do Paraná, além de vários Presidentes de Associações que aqui vieram e estarão ocupando à tribuna da Assembléia ao final da sessão, pela qual nós pedimos a atenção dos Srs. Deputados para que permaneçam em plenário, porque, tanto a CONAN como PROMOPAR estão encaminhando documento ao Presidente Colloz com relação à situação hoje, do tiquet do leite.

Nós queremos saudar a presença de todos aqui e ao final da sessão terão o espaço liberado para fazerem a comunicação.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ovídio Constantino, inscrito, que terá 30 minutos para sua oratória.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Senhor Pre-

sidente, pela ordem.

(Assentimento)

Eu também queria registrar a presença nesta Casa do Deputado Federal Ivano Guerra que nos honra com a sua presença aqui nesta Casa hoje. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Assembléia registra a presença com satisfação.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados da Mesa, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Quero, respeitosamente, solicitar aos nobres Colegas o acompanhamento de nossa exposição para que juntos possamos nos sensibilizar e compreender a realidade de milhões de brasileiros pelos quais nós, a classe política, temos muito a fazer.

No dia 03 de outubro de 1989 foi um dia de muitas esperanças, inesquecíveis esperanças para mais de cem milhões de brasileiros que, por quase trinta anos, viveu sob um regime militar nefasto e danoso à população trabalhadora deste País; regime este que através de métodos arcaicos e assassinos, nos porões de tortura, ceifou e eliminou do convívio de suas famílias e da sociedade brasileira centenas e centenas de vidas preciosas. Ficou provado isso na descoberta dos cemitérios clandestinos como o de Perus em São Paulo há pouco tempo; vidas que hoje fazem falta para este País. Regime este que expurgou da sociedade brasileira, mandando para o exílio centenas de pensadores, cientistas, lideranças políticas entre outros.

No dia 03 de outubro de 1989, depois de passar quase trinta anos sem eleger o seu Presidente da República, o povo do País inteiro esperava, então, a redenção pois vivíamos em situação desesperadora, desesperadora e vergonhosa, quando há pouco ouvíamos a ONU, um órgão mundial, confiável, através de uma pesquisa anunciar a vergonhosa posição de que o nosso País era o terceiro do mundo e em qualidade de vida da sua população, recebendo a medalha de bronze da miséria.

- 03 de outubro, algumas frustrações quando 22 (vinte e dois) candidatos disputavam a Presidência da República e apenas dois se classificaram para a disputa final. As forças progressistas, populares, organizadas da sociedade brasileira se organizaram em torno de uma candidatura; as forças capitalistas, a elite dominante, grande parte dos meios de comunicação social, especificamente a REDE GLOBO, investem na massa carente desorganizada, descamisada e desinformada iludindo-as de que o "Salvador da Pátria" estava a postos.

- 25 de novembro de 1989 elege-se o Presidente da República. Dois, três meses

depois entra em colapso a economia nacional e contemplamos maior taxa de inflação de sua história no último mês do último governo com mais de 84% de inflação; sugere-se aí a posse antecipada do novo Presidente porque o País encontra-se em estado de ingovernabilidade; o novo Presidente recusa-se e argumenta que está preparando as mudanças, as esperanças do povo brasileiro.

Quinze de março as promessas tinham sido arrazadoras. O Brasil Novo ia começar. É o dia da esperança para os milhões de brasileiros.

Senhores Deputados, quando estamos prestes a completar um ano deste Governo, chegamos à triste conclusão: o Governo Collor é a mais descabida enganação já fabricada neste país, para as elites que o fizeram Presidente. Este Governo, em um ano, mostrou que quer destruir as instituições deste país. Destruiu as instituições bancárias quando confisca a conta corrente e a poupança. Destroí o Legislativo quando governa através de medidas provisórias. Destroí o país com a recessão. E mais, está destruindo a democracia que o país levou tantos anos para construir. Pacotes vão sendo jogados na cabeça do povo. Enquanto os jornais publicam diariamente as mais danosas notícias para a nossa sociedade. Comércio tem nova queda em janeiro. Indústria está em colapso. Salários estão estrangulados. E assim por diante.

Com esta publicação de que o comércio em geral apresentou um recuo de 41% comparado a janeiro do ano passado, de 89. Os bens de consumo duráveis registram um declínio de 57%, na mesma comparação. E o pior, Senhores Deputados, os supermercados local onde o nosso povo vai adquirir o mínimo para sua sobrevivência, a queda das vendas dos supermercados está em torno de 40%. Isto é um desastre. A recessão aumenta. A fome aumenta. As perdas salariais são cada vez mais crescentes. A agricultura esta estrangulada. O desabastecimento está chegando. A política econômica do Governo acumula em menos de um ano uma série de fracassos que deixa a equipe econômica do Ministério da Economia completamente perdida, a ponto de a imprensa veicular notícias da queda da equipe econômica com a sua Ministra Zélia Cardoso de Mello.

A esperança do nosso povo está indo para o túmulo. A inflação está a todo o vapor. Vou acabar com a inflação com um único tiro - palavras textuais do Presidente Collor em março de 1990. Alguns dias após outra frase do Presidente: A inflação está morta. Chegamos em janeiro de 1991 o mesmo Governo anuncia a inflação de mais de 20%. A FIP, no mês de fevereiro anuncia uma inflação superior a 23%, quando a in-

flação real sabemos que passou de trinta. O DIEESE um órgão respeitável a nível nacional anuncia que a cesta básica subiu.

Pasmem, Senhores Deputados, 10% em vinte dias de congelamento após o último pacote. O Brasil novo ia dar condições de vida aos trabalhadores.

Dezenove de fevereiro de 1991, "A Folha de São Paulo" traz dados da FIESP que em janeiro deste ano, só em São Paulo, mais de 62 mil trabalhadores demitidos: sem contar a revolta na Autolatina nos últimos dias, quando através da força da organização dos trabalhadores se conseguiu impedir mais de 8 mil demissões.

Notícias vergonhosas veiculam nos meios de comunicação como pudemos assistir há poucos dias. Em São Paulo uma empresa abriu vagas para 20 trabalhadores. Que se avolumaram por mais de dois quilômetros. Mais de sete mil desempregados a procura de um emprego para levar o pão para suas famílias.

Só para comparativo, em 1982, um dos piores anos de crise, a recessão não chegou a tanto. O número de desempregados naquele ano não chegou ao número do mês de janeiro de 1991. Ou seja, num mês de 1991 o desemprego foi maior que o ano de 1982, um dos piores anos de recessão que este País havia atravessado.

O desemprego chega à taxa de quase 30% em onze meses apenas de Governo. Significa que se tivermos 50 milhões de trabalhadores, de mão-de-obra, temos mais de 15 milhões de trabalhadores desempregados no atual momento. Nem mesmo o seguro desemprego está sendo acessível e os desempregados estão conseguindo sacar para poder, no período de dificuldades, colocar alimentos nas mesas para as famílias.

Senhores Deputados, o Presidente Collor prometeu tanto, tanto, que nem a Constituição cumpre hoje!

O Congresso aprovou e regulamentou a Lei da Previdência Social, trazendo esperanças aos aposentados que haviam já adquirido, através de pressão e de organização no momento da elaboração da nova Constituição, a aposentadoria de no mínimo um salário-mínimo. E o Presidente nem isto nem teve a credibilidade, a consciência de aprovar a regulamentação da lei que dava direito a um salário-mínimo de aposentadoria para os nossos aposentados.

O meio salário vergonhoso, dito pelo Presidente Collor, ainda se mantém.

Dados de janeiro deste ano, dão conta que 44% dos aposentados deste País recebem meio salário-mínimo. Quase a metade dos aposentados deste País. Que vergonha, Brasil Novo!

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Permite-me um aparte?

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Na sequência concederei.

Queria fazer um parêntese neste exato momento para reflexão dos Senhores Deputados.

Um agricultor após trabalhar 65 anos, praticamente porque o agricultor vai para a roça desde sua infância, no final de sua vida, arrebatado, ele consegue uma aposentadoria de meio salário-mínimo.

Quero comparar isto com uma aposentadoria de muitos Senhores Deputados, que após oito anos apenas de trabalho, de pouco trabalho - e muita mordomia, recebem mais de 40 salários-mínimos de aposentadoria.

Um Governador que após exercer seis meses o seu mandato, recebe também uma farta, uma gorda aposentadoria.

O que é uma injustiça e uma irresponsabilidade.

Aproveito para saudar aqueles Deputados que assinaram a nossa emenda constitucional, para eliminar e revogar o artigo da Constituição Estadual que dá direito a aposentadoria aos Governadores.

Mais de 25 Deputados assinaram esta nossa Emenda e ela entrará em discussão neste Plenário nos próximos dias.

Retomando o Brasil Novo, quem não se lembra das promessas do candidato Collor: salário-mínimo, aposentadoria, reforma agrária, apoio aos descamisados e pés descalços.

Collor prometeu 8.300 assentamentos por mês e nenhum imóvel, até o momento, fora desapropriado em seu Governo, sem contar apenas as pendências que havia do governo anterior e sem contar também as ameaças de despejos de trabalhadores que já estão há mais de três anos assentados com suas lavouras e propriedades construídas, pelos descasos que este Governo tem, vem tendo com as desapropriações do governo anterior.

O atual Governo desestruturou, estranhou o Ministério da Reforma Agrária, o Incra e os conflitos agrários vêm se agravando, avolumando, cada vez mais quando só no último ano mais de 63 assassinatos no campo foram registrados.

Os proprietários de terras, os fazendeiros estão à procura do Ministério, de órgãos do Governo para colocar suas áreas em desapropriação e não encontram a quem procurar, porque o INCRA não tem nenhuma responsabilidade, estão perdidos os seus funcionários, a sua diretoria não sabe o que fazer pelo estrangulamento ao qual foi submetido o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Senhores Deputados, Senhor Presidente, o salário-mínimo, segundo o DIEESE, é o menor da História do Brasil, desde 1940.

Collor ganhou, inclusive, do Sarney.

Em março de 1990, o salário-mínimo valia 43% a mais que vale hoje. Ou seja, há onze meses atrás se comprava 43% de produtos a mais do que se compra com um salário mínimo hoje.

O Collor prometia aumentar em 5% a cada três meses o poder real dos salários. E é isto o que nós estamos observando e vendo.

Por que será que o Presidente não tem mais ido ao supermercado com um batalhão da imprensa ao seu redor fazer a compra da cesta básica, por Cr\$ 1.700,00 como vinha fazendo seguidamente?

Pobres descamisados. Os governos burgueses, são só este, como outros, acusam os salários de inflacionários. O maior arrocho que se está vendo nestes últimos dez anos da História do País, os pacotes vêm cada vez mais arrochando os salários, o poder aquisitivo do salário diminuindo, mingando a cada mês e a inflação não está sendo consumida, debelada, expurgada do País como se prometia.

A concentração de rendas:

Havia um homem que, em campanha, recusava o apoio das elites, "brigava" (aspas do orador) com o empresariado da FIESP, recusava o seu apoio eleitoral e nós vemos os meios de comunicação dando os seguintes dados de concentração de rendas: os 10% mais ricos ficaram ainda mais ricos nestes onze meses de Governo Collor.

Em março de 1990, os 10% de mais ricos do País, controlavam 46% da renda nacional. Hoje, onze meses após, os mesmos 10% controlam 51% da renda nacional - isto apenas nestes onze meses de Governo Collor. Nem Delfim Neto conseguiu tal intento, na época em que era odiado pela sociedade brasileira.

Os usineiros de álcool devem estar muito satisfeitos com o tarifaço de 50%, quase, de aumento do preço do álcool, quando não tinha nada a ver com o combustível e com a Guerra do Golfo.

Provavelmente aí está a recompensa do apoio presidencial no Nordeste, quando os usineiros fizeram isso, sorrateiramente. E aí está a recompensa, com um aumento de 50% no álcool, como um presente aos usineiros do álcool.

O percentual, Senhores Deputados, o percentual de participação de salário de um metalúrgico da Autolatina no preço final de um Gol a álcool, no ano de 85, era de 11%. Em 1990, este percentual caiu para apenas 3%. Percebe-se, aí, o favorecimento da concentração de rendas.

No Programa "A Voz do Brasil", transmitido pela Radiobrás em 19 de fevereiro último, das 19:00 às 20:00 horas, provavelmente muitos dos Senhores Deputados devem ter recebido reclamações, provavelmente de seus Prefeitos correligioná-

rios, o Presidente mandava um recado aos Prefeitos e aos Estados, de que o FPM havia caído em 34% nos primeiros dez dias de fevereiro, comparativamente aos últimos dez dias do mês de janeiro.

E com esta queda haveria necessidade de uma readaptação, de reacomodação nos gastos dos municípios e dos Estados. Isto, em apenas dez dias. Trinta e quatro por cento de diminuição na arrecadação do País, dos Estados e dos municípios. Uma queda que é insuportável para a Administração Pública do País.

Estes dados mostram como está o Brasil Novo. Que Brasil Novo é este? O Brasil Novo da falácia e da mentira.

Concedo aparte ao primeiro Deputado que me solicitou, que eu não percebi quem foi. Segundo, ao Dr. Rosinha.

O Sr. Geraldo Cartário - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência. Só queria, também, me congratular com o brilhante levantamento técnico e político que o PT levantou sobre a péssima administração do Presidente Collor.

Eu, como do PDT, Partido que temos a honra de ter Leonel Brizola, que em todos os seus pronunciamentos vem, realmente, falando o que Vossa Excelência está falando. Eu quero acrescentar mais ainda, aos ilustres Deputados desta Casa, que através da sua voz, aqui do Paraná, se levante uma só voz no Brasil, para evitarmos estes desmandos e esta incompetência do Governo Federal, porque nos assusta.

Ontem, em cinco reuniões, estivemos com os companheiros da 145, também de Araucária e Quitandinha, com agricultores, com intelectuais, com moradores que buscam uma solução para a sua casa própria, e todos, por unanimidade, estão totalmente descrentes deste Governo e isso nos preocupa, meu prezado Deputado, nos preocupa porque quando não se acredita, em camada nenhuma deste País, acredita-se no Presidente da República, começa-se até a pensar numa guerra civil.

Por isto eu quero lhe cumprimentar pelo seu brilhante discurso, seu levantamento e a posição do PDT é idêntica ao PT.

Obrigado.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Agradeço o aparte do nobre Deputado e concedo ao Dr. Rosinha o aparte.

O Sr. Rosinha - Companheiro de Bancada, Ovídio, ao abordar o Governo Collor eu creio que faltou uma parte que eu gostaria de completar.

Tirando a parte dos malabarismos físicos e de linguagem, só falta descer a rampa do Palácio do Planalto de skate, provavelmente ele deve fazer isso logo logo.

Então esses malaborismos físicos e de linguagem e que alguns Ministros fazem com a mesma capacidade esse malabarismo, e é o caso do Ministro da Saúde Alcení Guerra.

O Ministro da Saúde, junto com o Governo Collor assume a pasta dirige a sua crítica de maneira generalizada aos médicos de nosso País, mas não admite a crítica ao sistema de saúde!

O médico, pode até alguns terem culpa, mas ele é um elemento do programa de saúde. A incompetência do programa de saúde ele não critica porque essa incompetência em atender a classe trabalhadora, aos pobres e miseráveis do nosso País ela é uma incompetência organizada no nosso País. A elite brasileira não quer atender a saúde da população mas visa única e exclusivamente o lucro, através da doença. Alcení Guerra faz parte desta elite, por isso ele não vai criticar o sistema porque foi um sistema que ele ajudou a construir sendo superintendente do INAMPS, na década de 70; sendo Deputado nunca defendeu um programa de saúde pública integrado, regionalizado.

Ele assume esta pasta do Ministério demitindo servidores competentes, profissionais, que depois ele teve que chamar alguns de volta.

Compra remédios, de acordo com a "Folha de São Paulo", para a CEMEM, com preço sobretaxado. Anuncia programa de saúde na revista "Isto É, Senhor", que não foi elaborada; critica, nessa entrevista, profissionais competentes, como o Deputado Sérgio Arouca, um dos maiores e melhores profissionais, reconhecido mundialmente. E a respeito do serviço de saúde que tinha, ao demitir alguns trabalhadores, ao extinguir alguns órgãos, nada contribuiu, fazendo piorar a situação de epidemias no nosso País. Temos hoje epidemias de sarampo, malária, meningite, dengue, tuberculose e por aí afora, e tomara que não chegue a de cólera, porque senão a classe trabalhadora do Brasil, que não tem esse atendimento médico, só vai restar para ela a alternativa que tem sobrado até hoje, que é a do cemitério.

E além disso, na questão de municipalização do sistema de saúde, veta a lei orgânica e apresenta uma outra proposta na qual se lê, nas entrelinhas, o dinheiro virá para quem for com o pires na mão, buscar. Quem for pedindo favor político, nessa base do pires na mão, é que esses municípios terão o dinheiro, ao invés de termos critérios claros e definidos, que é o que sempre os trabalhadores da área de saúde e a classe trabalhadora têm reclamado!

Desculpe eu me alongar no meu aparte, mas é necessário abordar um dos setores que é o caos da política brasileira, du-

rante séculos, e está sendo caos sem nenhuma perspectiva de melhora no Governo Collor.

Obrigado.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Muito obrigado aos nobres Deputados que acrescem de subsídios o nosso pronunciamento. O descalabro é total, como já vínhamos anunciando, complementado pelos Parlamentares que nos solicitaram aparte. Eu quero entrar, especificamente, na questão da agricultura, em geral e especialmente a pequena agricultura está a beira do caos, está em estado de coma, após o Governo Collor ter assumido.

A Agricultura do Paraná e do País inteiro está em colapso, nunca se deu tão pouca atenção a este setor econômico, que é um dos mais importantes, como se está dando agora o abandono geral por este Governo; não se garante financiamentos, não se garante preços mínimos, tira-se a função social do Banco do Brasil, que é um dos baluartes da agricultura deste País, como se fôssemos um País qualquer ...

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - O Deputado poderá usar a Liderança do PDT, terá sete minutos e meio.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Requeiro os minutos da Liderança do Partido.

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) Tem a palavra.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Muito obrigado. Tira-se a função social do Banco do Brasil e abre-se espaços para a especulação financeira dos bancos particulares em cidades dos rincões deste Paraná que só existe uma agência do Banco do Brasil, onde que o povo pode acorrer nas suas necessidades, isso provavelmente em conluio, combinação com os setores privados bancários deste País.

Um produtor de leite, Senhores Deputados, precisa vender, após o último tabelamento de dezesseis o litro de leite, precisa vender quinze litros de leite para equivaler ao valor de uma cerveja; mais de cinco litros de leite para tomar uma coca-cola. Isso é um absurdo. Não se tem política agrícola neste País. A medida provisória 293 que dizia que os preços dos produtos seriam equiparados aos financiamentos, aos juros dos financiamentos, depois da lei agrícola ser colocada no Congresso em votação, sobrou apenas um capítulo e a medida 293 manteve esta equivalência de preços; uma semana depois uma nova medida provisória revoga o único artigo da medida provisória 293 que havia restado da lei agrícola e agora o Congresso retoma isso,

aprova novamente aquele artigo 4º da medida provisória 293 e a Ministra Zélia ameaça de veto, que o Presidente vetará este artigo que foi recolocado no novo pacote.

O descalabro, o abandono é total na agricultura, Senhores Deputados. Congelase os preços mínimos, aumenta-se 50% os combustíveis usados para produzir, não se congela os financiamentos, não se tem mecanismos de controle do custo de produção dos insumos e sementes, o agricultor tem que pagar vinte sacos de milho da sua produção para comprar um saco de milho porque é produção de uma multinacional.

Senhores Deputados, o Presidente Collor pregava e prega a modernidade, que modernidade é esta, modernidade para o Presidente Collor é andar de jetski, de motocicleta, de avião de guerra, de submarino, visitar a Antártica, importar carros de luxo do Japão, dos Estados Unidos, usar um carro importado de 32 milhões de cruzeiros e a imprensa publica que este carro é emprestado por uma multinacional para uso do Presidente. Daí o comportamento, o comprometimento do Presidente Collor com as elites dominantes nacionais e até internacionais. Modernidade para nós, para o povo, é ter emprego para ganhar o seu pão de cada dia, é ter alimentos na mesa, é ter distribuição de rendas, é ter condições de acesso à terra, é ter aposentadoria justa e digna, é ter uma agricultura que produza alimentos, matéria-prima para nossa nação. Pobres descamisados e pés descalços do Presidente Collor, não é para menos que em menos de um ano de mandato a rejeição seja a marca registrada deste Governo. Que País é este Srs. Deputados, num País que tem um regime capitalista de exploração selvagem e que se acumula a cada governo e não se mexe nas estruturas que geram esta dominação, que geram a miséria em nosso País. Que País é este que bate recordes de safras, batia até o governo passado, e mesmo assim agora muito mais a fome aumenta a cada dia e a miséria também? Que País é este que recebe a medalha de bronze como 3º lugar em miséria no mundo? Que País é esse que um trabalhador vai para a missa e após a missa procura o padre com sua carteira de trabalho na mão pedindo que o padre a abençoe para que ele consiga um emprego para poder dar sustento para sua família? Que País é este? Que País é este que 50 milhões, mais de um terço da população não tem direito ao suprimento das necessidades básicas, que leva o Presidente do Comitê Científico da Sociedade Brasileira de Pediatria a afirmar que a mortalidade infantil no Brasil é equivalente a explosão de uma bomba atômica da segunda guerra mundial em Nagasaki que matou mais de 300 mil pessoas por ano? Que capi-

talismo selvagem é este que muitos defendem? Que em 1940 o salário se gastava 39%, apenas, para a cesta básica, e a renda bruta, renda per capita era de 100, e hoje a renda per capita é de 500 e o salário-mínimo não sustenta a cesta básica de uma família. Que País é este que uma pessoa tem que ir para os jornais, após perder o emprego, vender os móveis da casa, mandar os filhos para a casa do pai e da mãe porque não tem comida em casa, pôr no jornal um anúncio de que quer vender os seus órgãos, quer vender os seus rins para poder sobreviver?

Este País, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a 8ª potência mundial. Este País é a 8ª potência econômica do mundo, e nos chamam, o Partido dos Trabalhadores de radicais. Chamam-nos de agitadores. Quem não se agita com realidade desse tipo.

Srs. Deputados, vamos nos despir desta ganância que gera este poder que se implanta neste País e vamos pensar no nosso povo que está morrendo de fome na 8ª potência mundial.

Concedo aparte ao Deputado Ernani Pudell.

O Sr. Ernani Pudell - Compenheiro Ovídio, infelizmente o diagnóstico que Vossa Excelência apresentou lamentavelmente é a expressão da mais pura verdade. Se me permite, em meio a sua falação tivemos que fazer uma reflexão, se nós constatamos que o comando maior deste país está nas mãos de um Presidente que infelizmente se revelou, ... Solicito o Horário da Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Tílio) - Informo ao Deputado Ernani Pudell que o Deputado Ovídio Constantino já utilizou o Horário da Liderança, mas a Mesa concede mais um minuto para que haja a complementação por Vossa Excelência.

O SR. ERNANI PUDELL - Eu gostaria, Deputado Ovídio, de lembrar aqui que se o comandante maior deste País se revela insensível aos problemas que Vossa Excelência levantou e anunciou aqui, se as elites, a classe política deste país não se mobiliza, é fundamental que a sociedade brasileira comece a pôr um fim nisto. Nesse sentido eu gostaria de lembrar que a Central Única dos Trabalhadores, a CUT está conclamando todas as entidades da sociedade civil deste País para que no dia 15 de março agora, quando se completar um ano deste Governo Collor, que o nosso povo vá às ruas numa mobilização nacional num ato de protesto contra a recessão e contra fome. Eu digo isto porque é fundamental ou a sociedade civil pressione esse Governo, ou faz um recuo no sentido de adotar uma

política diferenciada ou em breve nós teremos o caos social, nós teremos no lugar do povo os tanques nas ruas. Então é fundamental que toda a sociedade civil, e principalmente a classe política se manifeste, que apoie essa iniciativa, que a gente force definitivamente o governo Col-lor a adotar uma política de distribuição de renda, adotar uma política de universalização dos serviços públicos, para salvar o capital maior que nós temos em nosso país, que é o nosso povo. Esse é o verdadeiro capital que nós temos que salvaguardar, que nós temos que respeitar, inclusive para as gerações futuras.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Obrigado ao Deputado Ernani Pudell, muito obrigado aos Srs. Deputados por nos ouvir nesse longo tempo, e, quero novamente ao encerrar, convocar aos nobres Deputados, aos nobres Pares desta Casa, que nos imbuamos de toda a vontade possível, de todo o esforço possível que nós possamos ter para salvarmos o nosso povo, o nosso País dessa miséria descalabra que ele está se indo, para a qual está caminhando, e que vamos fazer com que o nosso povo seja realmente... tenha uma vida digna que merece, de morar na oitava potência mundial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Horário das Lideranças: PL, PSDB, PMDB, PTB, PFL, PDT, PRN.

Com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O discurso do Deputado do PT, que me precedeu nesta tribuna, mostra o infeliz retrato de um País onde o exercício do poder tem sido feito sempre como um jogo, para a conservação do mesmo poder entre elites perversas que apenas trocam de local, num jogo patético.

Quando a nossa política vai ser um jogo interessado em jogar o futuro e o bem-estar da humanidade?

Certamente esse é o papel que todos nós e cada um de nós devemos procurar desempenhar nesta próxima legislatura. Fazer da política o jogo bom, interessado em melhorar a sorte da humanidade.

Grande parte dos Srs. Deputados, ou quase todos ou certamente todos os senhores devem ter visto o acampamento das pessoas sem teto e sem lote nos jardins da Prefeitura de Curitiba, na semana que passou. Na nossa própria equipe municipal surgiram as dúvidas sobre, se nós permitiríamos ou não, que aquele acampamento se consumasse, por se tratar de flagrante incorreção, no que diz respeito às posturas

municipais.

Por último, acabou prevalecendo a idéia de que devesse o acampamento ficar ali, porque o povo tinha direito de reivindicar o seu lote, o povo tem direito de chamar a atenção para esse problema, que é um problema local, estadual e nacional. E por último mesmo, nós acabamos inclusive mandando filmar o acampamento, e ontem o Prefeito Jaime Lerner ocupou uma rede estadual de televisão para fazer a seguinte proposta:

"O problema da moradia sem anarquia.

Da habitação sem invasão".

É um problema cuja causa não está na cidade. Um problema cuja causa está no interior do Estado, está sobretudo mais do que no interior, é na cidade, está em Brasília, em prevalecendo esse tipo de modelo que efetivamente não contempla a redenção do povo através de uma atividade econômica ou através de uma política salarial digna, mas contempla antes mais a ação governamental em cima dos efeitos, dos efeitos da miséria, efeitos que, vai chegar um dia, onde não vão mais ser possíveis de serem debelados.

Então, qual é a nossa proposta? Nós não podemos ficar de braços cruzados esperando que essas questões se resolvam, também não podemos imaginar soluções isoladas. Imaginem os senhores, que nós resolvamos o problema de Curitiba num passe de mágica; pegamos as áreas disponíveis da territorialidade escassa da cidade - este é um município que foi demarcado a passo de carroça, a cada dia de viagem de carroça entre o marco zero e um dos rios que nos são limítrofes, se estabeleceu nos idos de 1900 a divisão da Capital - e se esgote a nossa territorialidade e se resolva o problema da habitação popular em Curitiba.

No dia seguinte, mesmo que num passe de mágica nós resolvêssemos todo o problema, milhares de carentes do Interior viriam atrás de sua casa.

Então, a nossa proposta é a de que nós temos que ter investimentos no Interior, proporcionais ao da Capital em moradia, em emprego, em injunção econômica, em ação governamental. Então, para cada família atendida em Curitiba, na proporção da população, sete famílias atendidas no Interior; para cada lote ou casa feita pela Prefeitura de Curitiba, sete lotes ou casas feitas pelo Governo do Estado no interior; cem famílias atendidas em Curitiba, 700 famílias atendidas no interior. E nós propomos desde já, um entendimento respeitoso com o novo Governo do Estado, esquecendo até as nossas diferenças políticas na busca do bem comum.

Nós conhecemos a competência dos Prefeitos do Paraná e sabemos que, havendo

contrapartida do Governo Federal e do Governo do Estado, em pouco tempo nós poderemos dar ao Paraná um grande exemplo de como resolver o problema da moradia popular.

Todos juntos...

O Sr. Ernani Pudell - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. RAFAEL GRECA - .. Pequenas e grandes cidades, Prefeituras e Governo do Estado.

Nesta Curitiba, este Governo em dois anos atendeu doze mil famílias. É um número muito superior ao conseguido em períodos anteriores, mas nós podemos avançar muito mais com a idéia dos loteamentos populares se a COPEL e a SANEPAR se fizerem parceiras do povo e abrirem mão das pesadíssimas taxas de implantação de infra-estrutura de energia elétrica e de saneamento.

Nós precisamos avançar com o diálogo, sem a idéia das invasões, porque as invasões têm a grave consequência de misturar carentes e aproveitadores e, mais do que isso, as invasões são uma violação ao direito daqueles que ordeiramente esperam a sua vez na fila da COHAB.

A nossa idéia é a de que com o diálogo é possível construir a moradia feliz da gente do Paraná. Moradia sem anarquia; habitação sem invasão; poder sem "sacanagem".

Tem Vossa Excelência o aparte que me solicitou.

Sr. Ernani Pudell - Agradeço ao nobre Deputado Rafael Greca.

Ouvia, atentamente, suas propostas e até concordo com o diagnóstico de que o problema da habitação é gravíssimo e da competência, e eu entendo que exige um esforço, tanto do Governo Federal, Estadual, como Municipal; ela é reflexo de uma causa maior que é a má distribuição de renda, a malversação dos fundos de habitação neste País. Todavia, eu quero discordar da condicionante que o Governo Municipal de Curitiba apresentou para satisfazer as reivindicações dos assentamentos.

Eu entendo que se o Governo Federal, o Governo Estadual não fizerem a sua parte isso não exclui a obrigação do Governo Municipal em fazer a sua.

Primeiro - a regularização das terras que hoje estão sendo invadidas, ocupadas, eu preferia a expressão ocupação, porque aquilo que não está sendo ocupado adequadamente, aquilo que está sendo sendo estocado para especulação gera o direito à moradia, que é um direito maior assegurado na Constituição do Estado...

O SR. RAFAEL GRECA - ... Parece que a Prefeitura Luiza Erundina não entende assim porque andou determinando uma recente desocupação de uma área invadida sob pena de perder o seu mandato.

Veja, Deputado, eu posso concordar com V.Exa. se quiser conversar comigo nos termos da Constituição vigente. Eu não vou abrir aqui uma discussão sobre o direito de propriedade, porque daí nós vamos transformar a Assembléia no espaço canônico, filosófico, onde nós vamos discutir então as questões de direito de propriedade.

Dentro da Constituição vigente, Prefeitura que não admitir o direito de propriedade perde o mandato, porque se não executar o que determina a justiça acaba cassado. E parece que a Prefeita Luiza Erundina, nossa amiga pessoal, inclusive, fez isto recentemente, na última quinta-feira, e fez talvez contrariada, talvez a contragosto, mas fez no interesse público, no interesse do bem comum.

O Sr. Ernani Pudell - Eu quero só lembrar o nobre Deputado que a mesma Constituição que Vossa Excelência invoca, ela determina que a propriedade privada deve ter uma função social. Esta mesma Constituição também determina que possa haver uma desapropriação no interesse público e quero lembrar também ao nobre Deputado que, parece-me...

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Vossa Excelência, escolha outro Deputado para discutir a função social da propriedade porque eu não sou seu adversário neste aspecto.

Agora, só entre, por favor, dentro dos parâmetros normais.

A Prefeitura de Curitiba vai manter, dentro do direito estatuído uma estratégia para enfrentar o problema da habitação popular. Uma estratégia conjunta com o Governo do Estado, com a colaboração de todos o Partidos.

Só para concluir, Senhor Presidente, esta estratégia será feita através de uma Comissão de Assuntos Fundiários, para a qual desde já o nobre Deputado está convidado, como de resto todos os outros Senhores Deputados, onde nós vamos examinar as ditas ocupações do município e vamos tentar estabelecer um canal com o Governo do Estado para estabelecer esta parceria do um para sete.

Vamos tentar jogar o jogo bom.

O Deputado Renato Adur, pediu-me, eu não sei se ainda tenho tempo?

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - O horário da Liderança do PDT já está encerrado. Terá trinta segundos para atender o

pedido do aparte do Deputado Adur.

O SR. RAFAEL GRECA - Trinta para responder. Deixe que ele fale, não é.

O Sr. Renato Adur - Muito Obrigado.

Eu queria parabenizar o Deputado Rafael Greca pela sua explanação.

Eu acho que o Prefeito Jaime Lerner, eu ontem assisti com muita atenção o pronunciamento dele na televisão, e acho que a questão da moradia é bastante grave.

Entretanto nós, dentro do PMDB, já vínhamos discutindo com o nosso futuro Governador Roberto Requião, também a possibilidade de melhorarmos a questão no interior.

Nós entendemos que esta migração é nociva para as grandes cidades. Então eu queria parabenizar o companheiro Greca e dizer que é um compromisso nosso como Parlamentares do Paraná, de lutarmos por isto, a gente que também defende as questões do interior.

Entretanto eu queria uma ressalva ao companheiro Rafael Greca: nós acompanhamos com muita atenção também a campanha eleitoral do Prefeito Jaime Lerner em Curitiba e quando daqueles programas da campanha eleitoral, nós vimos nos gráficos elaborados pelo Prefeito Jaime Lerner, aliás muito bem elaborados por sinal, em que ele colocava com muita clareza a questão do mercado do material de construção, aquela facilidade das famílias de adquirirem esses materiais.

Eu gostaria de ver isto, Deputado Greca, também realizado, porque eu acho que isto viria contribuir, em muito, aquele sistema do mercado a preço de custo, e temos aqui, inclusive, o pessoal da Associação de Moradores...

O SR. RAFAEL GRECA - Vossa Excelência é meu convidado para a inauguração do mercado popular da construção dentro de dois meses.

Já está em concorrência e em obras, eu acho, junto ao Terminal do Capão Razo. É meu convidado como de resto toda a Assembleia.

Com relação às promessas de campanha do Prefeito Jaime Lerner é preciso que se diga que ainda não se escoou o tempo de mandato que lhe foi concedido. Nós não temos medo do julgamento popular.

(Vozes Paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Esta Presidência libera o Horário de Explicações Pessoais aos Senhores Deputados para que continuem o debate porque nós achamos que é muito interessante e aqui podem nascer as idéias que poderão solucionar o problema da falta de habitação no País.

Curitiba, segunda, em 04.03.91

Os Senhores poderão se inscrever para Explicações Pessoais.

Com a palavra, ainda, no Horário das Lideranças, PSB, Deputado Paulo Maia.

Terá cinco minutos na Tribuna...

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há poucos dias ocupávamos esta tribuna para denunciar um problema bastante grave no município de Ivaiporã, a greve dos servidores públicos municipais. Nos enganávamos naquela oportunidade quando dizíamos que, por um equívoco, havia sido pedida a prisão do presidente daquele sindicato.

Lamentavelmente estando lá, pudemos sentir que o problema foi muito mais grave do que registrávamos nesta Casa. Hoje trazemos aqui, para conhecimento deste Plenário, fotos que mostram de fato algo que nos fere, nos machuca; exemplos semelhantes a este tivemos em 30 de agosto de 1988, quando o Governo do Paraná, ao invés de procurar o diálogo, fez com que a polícia violentamente através de bombas, de repressão, fizesse simplesmente uma devassa e um derramamento de sangue na Praça Santa Salete, reprimindo não pelo diálogo, mas pela violência, um movimento dos professores do Paraná.

Lamentavelmente o Paraná e lamentavelmente muitos municípios deste Estado, parece que gostaram daquele tipo de atitude, porque sentimos, em outras regiões, assistimos já neste Governo, repressões de forma violenta contra os trabalhadores sem terras. Estamos assistindo neste momento, quando os funcionários públicos do município pretendiam apenas que seus salários fossem pagos, foram reprimidos de forma violenta, como mostram estas fotos. (Apresenta as fotos) Foram reprimidos pela Polícia do Paraná mais uma vez.

Não culpamos os soldados. Culpamos aqueles que determinam. Culpamos os seus comandantes por determinarem que a polícia aja de forma violenta contra toda manifestação do trabalhador deste Estado. Não vemos a polícia agir de forma violenta quanto aos assaltos, quanto às matanças. Não vemos a polícia ser tão violenta e tão eficaz como é para reprimir um movimento de trabalhadores.

Por isto estaremos inclusive requerendo ao Secretário de Segurança, ao Comandante da Polícia Militar do Paraná, uma explicação a respeito deste fato. Houve o quê na Prefeitura de Ivaiporã? Houve apenas a manifestação dos trabalhadores daquele município que ficaram sem receber e receberam agora, no dia 28 e, na maioria, recebem salário-mínimo.

Não queremos apenas culpar a administração do município por este fato lamentável.

vel. Queremos lamentar e registrar aqui em plenário que isto acontece também devido a imposição de municipalização, de convênios, e outros mais, que entram na receita do Estado, que entram na receita do município, e esquecem de repassar aos municípios as receitas, para agüentarem este tipo de despesas que os municípios acabam tendo.

Tivemos também e estamos registrando nesta Casa, que além do presidente daquele sindicato, porque não fora apenas ele e a greve não era sua, a greve era dos servidores daquele município, se naquele momento estavam tantos trabalhadores se manifestando, por que determinar a prisão única e o algemamento - e isto é ainda mais violento - do presidente do sindicato? Então que se algemassem os 50, os 100 trabalhadores que estavam ali na frente. Algemaram o presidente do sindicato. Levaram para a cadeia e ficaram com o presidente do sindicato das 10:00 horas de manhã às 17:00 horas, inclusive fazendo pressão psicológica sobre este trabalhador companheiro.

Outro fato, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que queremos deixar registrado nesta Casa, o presidente do sindicato está sendo ameaçado inclusive de morte por pistoleiros profissionais que têm rondado sua casa.

Outro fato que queremos registrar é que em janeiro de 1991, porque os trabalhadores do serviço público daquele município já vêm se mobilizando e se manifestando contrários à política salarial imposta pelo município já há algum tempo, e em janeiro de 1991, por um erro tático talvez, ou por uma obra do destino, não se pagou um preço maior, mas alguém foi mandado à casa de um dos membros daquele sindicato e atirou contra aquela casa. Deu dois tiros, às três horas da manhã e acertou, não na casa desta representação sindical, mas na do vizinho. As balas foram pegas e levadas à delegacia. E a providência que foi tomada foi a sugestão naquela delegacia de que ele tomasse mais cuidado porque corria risco de vida. Nós temos que registrar lamentavelmente fatos desta natureza na região a que pertencemos. Mas temos a certeza de que contribuimos, há poucos dias, fazendo com que o Prefeito daquela localidade e a direção sindical pudessem se reunir e chegar a um consenso. Isto nós fizemos, essa contribuição tentamos dar, como tentaremos dar toda a contribuição possível para resolver o problema do trabalhador de Ivaiporã, do trabalhador do Paraná, e lamentar que cenas não recomendáveis como esta, que violências como esta não aconteçam contra o trabalhador.

Estamos vendo a força e a violência contra a manifestação do trabalhador, e

não vemos da mesma forma a violência em todo o País contra o banditismo, não vemos contra os assaltos e não vemos contra tantos outros movimentos criminosos que trazem prejuízos à sociedade do Paraná. E nos colocamos também neste momento a favor deste movimento da FAMOPAR, porque nós achamos, companheiros, que movimentos como este acontecem por que? Porque faz-se a promessa fantasiosa para se criar o voto, depois ilude-se o trabalhador que precisa mais uma vez se mobilizar por uma fantasia que lhe colocaram na cabeça, que é o programa do leite.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encerrado a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Senhores Deputados.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Uma das principais, senão a principal função do Poder Legislativo, é guardar o cumprimento da nossa Lei maior, que é a Constituição Estadual e também a Constituição Federal. E nós, nesses últimos dias, temos assistido através da imprensa deste Estado, uma campanha milionária do nosso Governador, que está para se retirar do Governo, apregoando as suas realizações e promovendo a nível nacional, inclusive, uma campanha para enaltecer as suas qualidades, tais como a moralidade pública, etc.

O § 1º, do inciso 23, do art. 27 da Constituição Estadual, é clara no sentido de determinar que "a publicidade dos atos, programas, obras e serviços e campanhas de órgão público deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social; dela não pode constar nomes, símbolos ou imagens que caracterize promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos".

Ora, Senhor Presidente, hoje, infelizmente, para o desagrado de todos os paranaenses a revista "IstoÉ/Senhor" que circula, traz uma informação que nos parece extremamente preocupante, no sentido de que o Governo do Estado está gastando 5 bilhões de cruzeiros por ano com a publicidade. E mais do que isto, que esta publicidade está saindo dos recursos aplicados pelo Banco do Estado do Paraná, sendo transformados, então, em publicidade do Banco para promoção pessoal do nosso Governador.

Nós concordamos que o Banco do Estado do Paraná deva fazer a sua publicidade para concorrer com as demais instituições financeiras, o que não podemos concordar, de forma alguma, é que esses recursos se-

jam desviados de sua função para, inclusive ferir um dos dispositivos importantes da Constituição Estadual.

Nesse sentido, Senhor Presidente, quero dirigir um requerimento à Mesa, para que esta Casa informe aos Senhores Deputados se houve o cumprimento do disposto no § 2º, do inciso XXIII, do artigo 27 da Constituição Estadual, que determina a publicação de todos os gastos com publicidade, incluindo-se aí, Senhor Presidente, os gastos realizados pelo Banco do Estado do Paraná, notadamente agora, neste último mês. Era isto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Mesa recebe a sua manifestação e informa que já há dois pedidos de informação que serão encaminhados, agora, à Comissão de Constituição e Justiça, já constituída, para que evidentemente possa dar o seu parecer já e trazer ao Plenário o resultado destes pedidos.

Com a palavra, pela ordem, ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, por não concordarmos plenamente com o encaminhamento que vem sendo dado, ou melhor, com o entendimento que vem sendo mantido pela Mesa, com referência ao que estabelece o artigo 131 do nosso Regimento, que diz: (lê) "Serão inscritos e independe de discussão e votação, sendo despachados pelo Presidente, de ofício, os requerimentos de qualquer comissão, solicitando audiência de outras, sobre qualquer assunto, bem como os requerimentos de informações sociais".

Esta é a prática que vem sendo adotada pela Mesa, no que diz respeito aos requerimentos de pedidos de informação, endereçados a Senhores Secretários, demais órgãos, firmados pelos Senhores Parlamentares.

E o entendimento que nós estamos tendo dificuldades de manter, igualmente, à Mesa da Casa, diz respeito àquilo que estabelece o "caput" do artigo 55 da Constituição do Estado do Paraná, que nós entendemos com muitos poderes, além do que estabelece no nosso Regimento.

Diz o artigo 55, no seu "caput": (lê) "A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa encaminhará pedido escrito de informações aos Secretários de Estado, a requerimento de qualquer Parlamentar, após aprovação pelo Plenário".

Com vistas no que diz o artigo 131 do Regimento, e o artigo 55 da Constituição, a Liderança do Governo, através do Deputado Caíto Quintana, e a Liderança da Bancada do PMDB, através da nossa pessoa, estamos encaminhando a seguinte questão de ordem, por escrito, à Mesa que dirige os

trabalhos: (lê) "Os Deputados subscritores da presente, fundado no disposto pelo artigo 104 do Regimento Interno, vêm formular Questão de Ordem referente à aplicação da norma regimental, contida no artigo 131 do supracitado diploma legal, que está sendo aplicada aos pedidos de informações requeridos por diversos Parlamentares desta Casa de Leis.

A primeira dúvida surge quando do co-tejo do referido artigo 131 do Regimento Interno, com o "caput" do artigo 55, da Carta Magna Estadual, determinando a primeira norma, assim, simples despacho de ofício quanto a requerimentos de informações, enquanto a segunda norma exige a aprovação dos mesmos pelo Plenário.

O segundo aspecto a ser questionado diz respeito à dúvida existente quanto ao fato de não estar esclarecido de forma indubitável no aludido artigo do Regimento, se os requerimentos de informações oficiais, a que se refere a parte final da oração, são os apresentados pelas comissões, ou se o são por qualquer Parlamentar. Em sendo positiva esta última hipótese, não ocorreria estar se deixando de lado a obrigatoriedade do cumprimento do princípio de deliberação colegiada, de qualquer Assembléia, que na Constituição Estadual vem preceituado, a título de regra geral, no artigo 56?

Estas dúvidas surgidas, das quais aguarda-se decisão de Vossa Excelência. Sala das Sessões..." Assinam o Deputado Caíto Quintana e o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Mesa recebe este documento da Bancada do PMDB e vai encaminhar ao serviço e ao setor jurídico da Assembléia, para que dentro de 24 ou 48 horas possamos ter a resposta com relação a este artigo invocado pelo Deputado Orlando Pessuti.

A Presidência solicita aos Senhores Líderes que indiquem os Deputados que farão parte da Comissão que amanhã, às 10:00 horas farão uma visita ao Pronto Socorro do Hospital Cajuru, conforme requerimento, aprovado por este Plenário, de autoria do Deputado Geraldo Cartário.

Os Senhores Deputados que comporão esta Comissão deverão estar às 9:30 horas no Gabinete da Presidência, para a saída em direção ao Pronto Socorro do Hospital Cajuru.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, a Bancada do PMDB indica o Deputado, acadêmico de Medicina, Cleiton Crisóstomo, para integrar a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sobre a

mesa, Ofício n° 351/91, subscrito pelo Senhor Presidente em exercício do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando cópia da Resolução n° 1.593/91, de 05 de fevereiro próximo passado, exarada pelo Plenário deste Órgão no protocolado sob n° 1.156/91-TC.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Nilton Barbosa, na qualidade de Presidente da Comissão de Tomada de Contas, constante do expediente, comunicando que nesta data foi instalada a Comissão de Tomada de Contas, para a qual fui eleito e empossado para a Presidência da mesma. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Severino Félix, na qualidade de Presidente da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, comunicando que nesta data foi instalada a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, para a qual fui eleito Presidente. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Durval Amaral, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti e demais Senhores Deputados, devidamente apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

INSTALAÇÃO DAS COMISSOES

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sobre a mesa, requerimento de n° 148, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 159, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 200, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 170, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 164, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 193, 194, 195,

196, 197, 198 de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 203 e 202 de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 146, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 149, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 154, 155 e 156, de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho, constantes do expediente de sessão anterior. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 157, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 160, 161, 162 e 163, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente de sessão anterior. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 171, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimentos de n.ºs 172, 173, 174, 175, 176, 177 de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 179, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimentos de n.ºs 180, 178 e 181, de autoria do Senhor Deputado Nelson Gar-

cia, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 182, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 183, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 184, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimentos de n.ºs 185, 186, 187, 188, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 189, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 190, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 191, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 192, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Le-

gislativa.

Requerimento de n° 201, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 204, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 199, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente. Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, apenas para encaminhar esta questão.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Tem a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Nós gostaríamos, colhendo da oportunidade em que estamos votando o requerimento da Deputada Emília Belinati, informar a este Plenário que no dia 08, às 15:00 horas, estaremos fazendo acontecer nesta Casa de Leis, por deliberação deste Plenário, uma sessão especial em que será entregue o Título de Cidadã Benemérita do Paraná à ex-Deputada Rosy Pinheiro de Lima, primeira mulher que ocupou uma cadeira nessa Assembléia Legislativa. Neste sentido nós conclamamos a todos, para que aqui compareçam, não só no dia 07, quando estaremos tendo neste Poder uma sessão especial para comemorarmos o Dia Internacional da Mulher, mas para que aqui também estejamos no dia 08, para participarmos da solenidade de entrega de Título de Cidadania Benemérita à Rosy Pinheiro de Lima.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Em votação. Aprovado.

Requerimentos de n.ºs 206 e 207, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 209, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 210, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar a votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Or-

lando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente.

Mais uma vez fazemos questão de dar conhecimento a este Plenário, das razões desse nosso requerimento de Comissão Especial.

No próximo dia 7, quinta-feira, às 20:30 horas, em Brasília estará sendo empossado na Presidência da Organização das Cooperativas do Brasil, o paranaense, atualmente Presidente da Organização das Cooperativas do Paraná, o Doutor Wilson Tizen, razão pela qual entendemos necessária a presença de Parlamentares Estaduais, principalmente aqueles que têm ao longo de suas vidas profissionais ou do exercício Parlamentar, aqueles que têm tido um convívio maior com a Organização das Cooperativas do Paraná, até para que possamos demonstrar o valor que emprestamos a esta função que o Doutor Wilson Tizen passa a assumir agora.

Nós que temos lutado tanto em favor de que o Paraná tenha vez e voz lá fora, não poderíamos, de maneira alguma, nos ausentar de um momento como este em que um paranaense, Presidente da Organização das Cooperativas do Paraná, assumirá a Presidência da Organização das Cooperativas do Brasil, uma das entidades, talvez, mais respeitadas da União, tendo em vista as características que temos no nosso País ainda de ser um País, eminentemente, agropecuário.

Por esta razão é que pedimos a aprovação dos Senhores Deputados e, depois, em conjunto com a Mesa, iremos ver quais são os Deputados que ela irá designar para exercer esta representação em Brasília no próximo dia 07.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, para encaminhar.
(Assentimento)

Uma informação. Gostaria de ter uma informação da Mesa, se essa representação da Assembléia, se nós a aprovamos aqui, terá algum ônus para esta Casa que terá que, eventualmente, arcar com as despesas dessa representação. Gostaria de ter esse esclarecimento.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - A Mesa pode esclarecer, mas nós, de antemão, já esclareceremos que o pedido que fazemos é que seja com ônus para a Assembléia, porque os Senhores Parlamentares terão que se descolar até Brasília, e isso tem custo, evidentemente, portanto, pretendemos que este custo seja ressarcido pela Casa.

O SR. ERNANI PUDELL - Então, Senhor Presidente, neste caso eu quero aqui regis-

trar o meu voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores, porque nós entendemos que neste momento tão difícil desta grave crise financeira porque passa o Estado, a carência dos serviços públicos, a falta de verbas para atender necessidades essenciais da nossa população, embora nós compreendemos a importância da eleição deste ilustre paranaense, nós entendemos também que ele poderá dispensar a nossa presença. Isso, certamente, irá significar uma economia a mais para os cofres públicos.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Em votação. Aprovado, com os votos contrários da Bancada do PT.

Requerimento de n° 211, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 213, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 208, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. À Diretoria Administrativa, atendido o disposto no § 1°, do artigo 135 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 158, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente de sessão anterior. Em discussão.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, pela ordem.
(Assentimento)

A respeito da última sessão, tinha um requerimento da nossa Bancada que a Mesa ficou de redigí-lo novamente e reapresentá-lo. Era o lembrete que queria fazer à Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Nós informamos ao Deputado Doutor Rosinha, que há também um requerimento deste Parlamentar solicitando a presença a esta Casa, a convocação do Senhor Secretário Sebastião Pimentel. Todos nós sabemos e tomamos conhecimento pela imprensa de que o Secretário foi acometido de um mal súbito em Londrina e por essa razão não tivemos ainda uma informação de Sua Excelência de

quando poderá comparecer a esta Casa para prestar esclarecimentos.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, creio que eu não fui claro com Vossa Excelência. Tem um requerimento assinado pela Bancada...

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Eu quero complementar o seu questionamento, dizendo: em função disso, o requerimento de sua autoria e com a assinatura de diversos Senhores Deputados para a formação de uma CPI, será objeto de discussão no dia de amanhã, no Plenário desta Assembléia.

O SR. FLORISVALDO FIER - Não é ainda o objetivo. Na última sessão, apresentamos em nome da Bancada do PT, dois requerimentos. Um para a Fundação Cultural Paraná/Santa Catarina e um para o Sindicato dos Bancários de Apucarana, que Vossa Excelência disse que não poderia ser votado naqueles termos de requerimento e que ao dispormos reescrevê-lo nos termos corretos, Vossa Excelência disse que a Mesa

mesmo faria.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Eu informo a Vossa Excelência que a Mesa enviou em forma de apelo. A Mesa tomou as providências.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, para registrar nos Anais da Casa, a presença do nosso ilustre, ex-Deputado Estadual, atual Deputado Federal, Deputado Antônio Bárbara, que nos honra com a sua visita. O conhecido Deputado juventude.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 05, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

INSTALAÇÃO DAS COMISSÕES TÉCNICAS.

Levanta-se a sessão.